

**CORREIO POLÍTICO: OS BRASILEIROS ESCREVEM A DEMOCRACIA  
(1985-1988)**

**MARIA HELENA VERSIANI**

(Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2014, Capítulo 3 e Referências)

## Capítulo 3

### Coleção Memória da Constituinte em cartas

Neste capítulo, faremos, em primeiro lugar, uma apresentação da Coleção Memória da Constituinte. Em segundo, uma apresentação das cartas da Coleção Memória da Constituinte, buscando distinguir as suas particularidades dentro do vasto campo da escrita epistolar, observando que se trata de um conjunto extremamente rico, no que diz respeito às formas de expressão empregadas e às temáticas que aborda. Do mesmo modo, mostraremos como são diferenciados os grupos sociais, as motivações e os interesses dos que escrevem as cartas, bem como as condições que influenciaram o percurso que trouxe essas cartas para o acervo documental denominado Coleção Memória da Constituinte. Compondo esse fundo documental, tais cartas foram preservadas em uma instituição pública, o Museu da República, constituindo uma rica e rara “pista” da palavra e ação de cidadãos brasileiros dos anos 1980.

Para situar as cartas dentro da Coleção Memória da Constituinte, faremos uma apreciação geral dos demais documentos que constituem essa Coleção e, em seguida, destacaremos o *status* das cartas dentro do conjunto. O objetivo é identificar e analisar algumas de suas características básicas, passíveis de serem observadas já numa primeira leitura exploratória desse conjunto, como: volume; datas; alcance territorial (de que regiões do país as cartas provêm); categorias de missivistas e destinatários (se são sujeitos coletivos, individuais, autoridades); variáveis de gênero; e aspectos relativos à materialidade dos papéis utilizados e aos tipos de escrita.

Finalmente, apresentaremos os parâmetros de que nos servimos para definir a amostra de cartas que será o objeto de análise privilegiado deste livro.

#### 3.1. O acervo Memória da Constituinte

A decisão de constituir um acervo documental, investindo e cuidando para que ele esteja acessível às gerações futuras, supõe algum entendimento quanto ao que deva ser preservado, ou seja, uma compreensão quanto ao que seja um “legado” do passado

para o presente e o futuro. Supõe a intenção de construir um patrimônio histórico documental, constituindo um conjunto de fontes de pesquisa e conhecimento.

Nas últimas décadas, estudos sobre a temática da memória e de suas relações com a História têm sido objeto de crescente investimento entre pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e Sociais.<sup>1</sup> Dentro dessa temática mais ampla, tem ganhado força o entendimento de que todo acervo arquivístico deve ser compreendido como um trabalho de construção de memória de grupos ou indivíduos, entre tantas outras passíveis de serem construídas. Assim, a importância crescente atribuída à documentação produzida por “homens comuns” e não apenas pelos “grandes homens” justificaria procedimentos de tratamento e conservação de “novos” documentos, tendo em vista preservá-los contra os efeitos corrosivos do tempo, evitando-se sua destruição e valorando seus produtores. Documentação a ser conhecida, lembrada e estudada, buscando-se maneiras de lhe dar visibilidade por meio de instrumentos de consulta e pesquisa para acessá-la. “Documentos-monumentos” que registram o cotidiano do indivíduo anônimo e que, ao se constituir como acervo histórico, conforme sugere Jacques Le Goff (1990), permanece no tempo, apontando a clara intenção de perpetuar uma memória de “homens comuns” sobre o passado, que assim entram, com seus documentos, para a História.

Perceber a formação de arquivos históricos como uma ação estratégica de memória, que opera sobre o que deve ser preservado e lembrado, no presente e no futuro (embora o êxito de tais estratégias nunca esteja garantido), é uma forma de reconhecer os domínios da história e da memória como construções que se realizam no campo dinâmico das interações sociais, envolvendo interesses e disputas. Importantes historiadores, sociólogos e filósofos, entre eles Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1984), Paul Ricoeur (2007), Henri Rousso (2001), Michel Pollak (1989) e Alessandro Portelli (2001), para citar alguns que produziram obras referenciais, vêm renovando o alcance dessas reflexões no âmbito das Ciências Humanas e da produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, os responsáveis pela organização dos acervos são reconhecidos como sujeitos que atuam sobre eles e interferem em sua função social, tanto quanto os autores dos documentos e os pesquisadores que deles retiram a sua

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo: LE GOFF, 1990; NORA, 1984; POLLAK, 1989; ROUSSO, 2001; JELIN, 2001; CHAGAS, ABREU, 2003; BOSI, 2004; HUYSEN, 2005; HABWACHS, 2006; SARLO, 2007; e RICOEUR, 2007.

matéria intelectual (HEYMANN, 1997).<sup>2</sup> O entendimento é que a organização arquivística resulta da adoção de uma série de procedimentos de crítica documental, procedimentos esses que criam como que “portas e janelas” para entradas no acervo e que acabam por sugerir determinadas formas de aproximação da documentação. A definição de tais procedimentos, que qualificam os processos de formação, tratamento e preservação dos acervos, é parte determinante da ação documental, que se realiza por meio de uma dinâmica de trabalho marcada, em boa medida, pelo “inesperado”, impossível de ser previamente controlado. Decerto, nenhuma etapa da organização de acervos ocorre de modo absolutamente “planejado”, de todo definido antecipadamente. A prática arquivística envolve, sempre, uma boa dose de imprevisibilidade.

Via de regra, face à decisão de preservar determinados documentos, seguem-se outras decisões a respeito de como fazê-lo, não havendo um padrão único que sirva a toda e qualquer organização arquivística. Únicos são os acervos, e reconhecer as suas especificidades, por meio de um exame cuidadoso dos documentos, é parte essencial e primeira de sua organização. Isso significa dizer que a definição de um plano de classificação para um determinado acervo deve ser informada por um exame e diagnóstico da documentação, tendo em vista desvendar os seus traços distintivos e características próprias. Porém, por mais atenta e proveitosa que seja a primeira aproximação de um conjunto documental, como “mirada” esclarecedora dos caminhos a perseguir para a classificação dos documentos, sempre se faz necessária uma série de reconsiderações e soluções posteriores. Acrescente-se a isso que a organização documental não ocorre exclusivamente com base em decisões relativas à técnica arquivística. Igualmente importantes são as circunstâncias sociais que circunscrevem esse trabalho e que influenciam os sujeitos envolvidos, orientando a sua percepção de como os documentos devem ser guardados e apresentados. Diferentes critérios empreendidos na organização de um acervo representam diferentes maneiras de descrever o seu conteúdo e de dar ênfase e grau de importância aos documentos que o compõem. Voluntária ou involuntariamente, é sempre proposto ao consulente que tenha atenção neste ou naquele ponto, já que as descrições do acervo são formas de atribuição de sentido e valor, que, por exemplo, incluem referências a determinados personagens,

---

<sup>2</sup> Luciana Quillet Heymann (1997) discute, em detalhe e com muita propriedade, os complexos processos de ingerência que podem envolver a delimitação e organização de um arquivo como patrimônio documental. A autora entende que, em diferentes momentos da trajetória de um documento, pessoas decidem se ele deve ser preservado ou destruído, realçado ou secundarizado dentro do acervo, sempre a partir de preocupações e atenções que não são necessariamente partilhadas por todos os envolvidos em cada etapa de constituição e tratamento desse acervo. Ver também HEYMANN, 2012.

datas ou eventos citados nos documentos, ou ressaltam a relevância da documentação para o estudo de determinados temas (enquanto outros não são mencionados). Cada critério adotado propõe uma determinada lógica de ordenação documental, que opera atribuições de valor e sugere caminhos de pesquisa. Assim,

[...] não há recenseamento, inventário, trabalho arquivístico, por mais objetivo e repetitivo que ele seja, que não tenha uma parte de subjetivo, de pessoal [...]. A escolha, mesmo aquela de um termo de indexação, ou de um fundo entre outros a recolher e organizar, parte evidentemente do arquivista. (KRAKOVITCH, 1994, p. 13 apud HEYMMAN, 1997, p. 37).

Embora não esteja no escopo deste livro discutir em detalhe o processo de acumulação e organização do acervo da Coleção Memória da Constituinte, destacaremos, a seguir, alguns pontos da constituição desse conjunto, por reconhecer que, em grande medida, sua configuração final traduz as escolhas dos agentes responsáveis por sua acumulação e organização, escolhas essas que, como vimos, são elas mesmas um trabalho de memória sobre o tema/personagem etc.

A Coleção Memória da Constituinte reúne documentos produzidos entre 1985 e 1988, relativos ao processo que conduziu à elaboração da atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Tais documentos foram acumulados por duas diferentes instâncias da administração pública, ambas criadas durante e em razão do processo constituinte: a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC) – ou Comissão dos Notáveis ou Comissão Afonso Arinos – e o Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), vinculado à Fundação Nacional Pró-Memória.<sup>3</sup>

A forma e o funcionamento da CEC já foram objeto de reflexões apresentadas no capítulo 2 deste livro (tópico 2.4, intitulado A Comissão Afonso Arinos). Quanto ao CPMC – de acordo com a sua coordenadora, a advogada Elizabeth Sússekind –, ele foi organizado pela Fundação Nacional Pró-Memória com o nome de Centro de Memória da Constituinte, para executar o projeto denominado Projeto Memória da Constituinte.<sup>4</sup> Esse projeto foi instituído em 16 de outubro de 1985, pelo então ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, por meio da Portaria nº 170/1985, para ser desenvolvido pela

---

<sup>3</sup> A Fundação Nacional Pró-Memória funcionou entre 1979 e 1990, como órgão executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, organismo federal, vinculado ao Ministério da Cultura, criado em 1937 e responsável pela proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

<sup>4</sup> As informações sobre o CPMC que, neste livro, não estão referenciadas em documentos, foram obtidas por meio de conversas e trocas de *e-mails* realizadas diretamente com Elizabeth Sússekind, entre novembro de 2010 e julho de 2012.

Fundação Nacional Pró-Memória, com “o objetivo de apoiar os movimentos locais, estaduais, regionais e nacionais da sociedade civil, bem como iniciativas públicas, em todos os níveis”, a partir das seguintes atribuições:

- a) Implantação do Centro de Memória da Constituinte que deverá desenvolver estratégias de captação de intercâmbio e difusão de materiais informativos produzidos no país sobre o debate da Constituinte;
- b) Produção e veiculação de uma série de programas em vídeo-tape sobre a Constituinte;
- c) Registro permanente dos debates e movimentos significativos sobre o processo de discussão da Constituinte, em âmbito nacional.

Por estar vinculado à Fundação Nacional Pró-Memória, o Centro de Memória da Constituinte passou, logo no início de sua organização, a ser referido como Centro Pró-Memória da Constituinte, e essa nova denominação se consolidou, sendo assumida, inclusive, em documentos oficiais.

O CPMC tinha sede na cidade do Rio de Janeiro e núcleos em Brasília e nas cidades de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Ouro Preto. Entre as suas atividades, realizou entrevistas, gravadas em fitas de vídeo, com todos os membros da CEC, e também enquetes de rua com populares, sobre temas discutidos na ANC. O objetivo desta iniciativa, nas palavras de Elizabeth Sússekind, “era recolher opiniões e expressões de muitos, pessoas e entidades, de diferentes regiões, classes sociais, profissões etc.”, além de “incentivar a participação popular na Constituinte”.

Existia também, segundo Sússekind, a preocupação de reunir informações provenientes de diferentes origens, com linguagens e formas de expressão diversificadas. Tal preocupação acabaria por influenciar a formação de um conjunto que hoje inclui documentos produzidos durante as reuniões de trabalho da Comissão dos Notáveis e da ANC; cartilhas, livros, cartazes e publicações elaboradas por organizações do Estado e da sociedade civil; charges publicadas na mídia impressa; materiais de divulgação de eventos; telas de artistas; além das cartas enviadas às autoridades políticas por populares, movimentos sociais e instituições diversas; registros fotográficos e vasto material audiovisual com depoimentos de parlamentares constituintes, de personagens com amplo reconhecimento público e de pessoas comuns. Ou seja, a criação do CPMC, seus objetivos e sua disseminação pelo país atesta, claramente, uma articulação entre iniciativas do Estado e proposições dos variados movimentos sociais que, então, já vinham se organizando e atuando.

Além disso, o propósito do CPMC de concentrar informações sobre a Constituinte motivou a iniciativa do ministro da Cultura Celso Furtado,<sup>5</sup> de escrever ao presidente da Comissão dos Notáveis, Afonso Arinos de Mello Franco, em 28 de maio de 1986, informando-o sobre a criação do Projeto Memória da Constituinte e solicitando que, após o término dos trabalhos daquela Comissão, os documentos por ela acumulados fossem transferidos para a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). De acordo com Furtado, a FNPM disporia “de recursos técnicos e administrativos adequados para a guarda e preservação de documentos”, de modo que o Ministério da Cultura se sentiria “honrado em, após o término dos trabalhos da Comissão, vir a ser responsável pelo seu acervo, observando-se os padrões e critérios dessa Presidência [de Afonso Arinos]”.<sup>6</sup>

A resposta de Afonso Arinos ocorreu também em carta, datada de 9 de julho de 1986, na qual transmitia sua plena concordância com a proposta.<sup>7</sup> Em 31 de julho de 1986, seria, afinal, assinado o Termo de Convênio entre a FNPM e a CEC, contendo a seguinte disposição:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio a cessão à PRÓ-MEMÓRIA, pela COMISSÃO, de seu acervo documental, após o término dos trabalhos desta última, cabendo à primeira a guarda, a preservação e a difusão do mesmo.

Parágrafo único – A PRÓ-MEMÓRIA, através do PROJETO MEMÓRIA DA CONSTITUINTE, criado pela Portaria 170, de 16 de outubro de 1985, organizará tecnicamente, informatizará e colocará à disposição dos órgãos e instituições públicas e privadas, bem como do público em geral, o material recebido, que passará a fazer parte do Museu da República.

Vê-se, portanto, que, ao ser firmado o Termo de Convênio entre a CEC e a FNPM, já existia o propósito de transferir o acervo acumulado pelo Projeto Memória da Constituinte para o Museu da República, o que mostra que o projeto nascia em caráter provisório, mas com intenção permanente: constituir fundo documental de instituição museológica. Sua função precípua era reunir, guardar, preservar, informatizar e difundir

---

<sup>5</sup> Bacharel em Direito e doutor em Economia, Celso Furtado é autor de publicações referenciais sobre economia brasileira. Teve importantes passagens na administração pública, entre elas como o primeiro superintendente da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), órgão por ele idealizado e que teve a sua criação aprovada pela Câmara dos Deputados, em maio de 1959. Em 1985, integrou a Comissão Afonso Arinos e, em 1986, foi convidado pelo presidente José Sarney a assumir o Ministério da Cultura. Sobre Celso Furtado, ver GUIDO, 2001.

<sup>6</sup> A carta do ministro de Celso Furtado a Afonso Arinos integra a Coleção Memória da Constituinte/MR.

<sup>7</sup> “Senhor Ministro, Fico muito honrado e agradecido com o oferecimento de Vossa Excelência para que o Centro de Memória da Constituinte, que integra a Fundação Nacional Pró-Memória, receba, ao final dos trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais, o seu acervo documental, responsabilizando-se por ele.” (Coleção Memória da Constituinte/MR).

informações sobre a Constituinte. Uma vez constituído o conjunto final do acervo resultante desse trabalho, o seu depositário último seria uma instituição pública, no caso, o Museu da República.

A efetivação da transferência do acervo da Comissão dos Notáveis para a FNPM – onde ficaria sob a responsabilidade do CPMC – está igualmente registrada em carta do presidente da Fundação, Joaquim Falcão, a Afonso Arinos, datada de 2 de dezembro de 1986, que diz: “Venho agradecer apoio dispensado por toda a equipe da Comissão de Estudos Provisórios, presidida por V. Excia, quando da passagem do acervo da Comissão à Fundação Nacional Pró-Memória, em razão do convênio de 31 de julho de 1986”.<sup>8</sup>

Outra frente de atuação do CPMC foi a organização de um serviço de acesso público e gratuito às informações que o próprio Centro reunia e às discussões que ocorriam na Assembleia Nacional Constituinte. A ideia era estabelecer uma ponte entre a sociedade e a Assembleia e, com tal objetivo, foi criado um banco de dados. Para o livre acesso a esse banco, foi estabelecida uma conexão entre o computador instalado no núcleo do CPMC de Brasília – que funcionava em uma sala dentro da própria Câmara Federal – com outros computadores instalados em cada um dos demais núcleos do Centro. O serviço, que foi realizado por meio de uma rede pública de transmissão de dados desenvolvida pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), operava vinte e quatro horas por dia, e todos os interessados podiam utilizá-lo, realizando consultas ou enviando mensagens aos constituintes, pessoalmente, por correio ou por telefone. A iniciativa teve o patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e envolveu a formação de uma equipe de trabalho, coordenada por Elizabeth Sússekind, composta por historiadores, documentalistas, advogados e jornalistas. Por conseguinte, a mobilização de setores do Estado não foi pequena, tendo envolvido recursos humanos e financeiros consideráveis, o que ratifica que o desejo de promover uma ampla participação popular estava sendo compartilhado e estimulado naquele momento.

A esse respeito, é interessante lembrar que, nos anos 1980, a rede eletrônica Internet não era um fato consolidado no Brasil, sendo antes uma novidade no campo da comunicação, de uso bastante restrito na sociedade brasileira.<sup>9</sup> No entanto, entre todos

---

<sup>8</sup> A carta de Joaquim Falcão a Afonso Arinos integra a Coleção Memória da Constituinte/MR.

<sup>9</sup> A criação da primeira rede pública de transmissão de dados brasileira data de 1985. Sobre o assunto, ver BENAKOUCHE, 1997.



os serviços de teleinformática à época desenvolvidos pela EMBRATEL, o serviço implantado em parceria com a Fundação Nacional Pró-Memória, viabilizando a manifestação das pessoas e as consultas gratuitas a trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte a partir de diferentes pontos do país, logo se tornou conhecido e muito utilizado (BENAKOUCHE, 1997).

Toda a documentação guardada no CPMC – relativa às suas atividades e às atividades do CEC – permaneceria na Fundação Nacional Pró-Memória até 1990, ano em que o órgão foi extinto e a documentação recolhida ao Museu da República, conforme registro de aquisição constante dos instrumentos de consulta do Arquivo Histórico da instituição.<sup>10</sup> A incorporação desse conjunto ao acervo histórico de uma instituição museológica pública lhe confere o reconhecimento oficial de patrimônio cultural. Porém nos parece claro que, antes mesmo dessa “oficialização”, a formação desse conjunto documental era uma ideia e um projeto que conduziam à sua monumentalização, para que fosse reconhecido como patrimônio cultural da nação. Ou seja, o CPMC abrigou a intenção de construir um “monumento/documento”, conforme sugere Jaques Le Goff (1990), e “monumentalizar” uma narrativa daquele processo de reconstitucionalização democrática, investindo para a perpetuação de uma determinada memória e identidade política do país.<sup>11</sup>

Tal perspectiva permite “desnaturalizar” a Coleção Memória da Constituinte, percebendo-a como um esforço por estabelecer os traços singulares da memória política do país. A formação dessa coleção, assim, operaria com um tipo de “enquadramento da memória”, na acepção proposta por Michel Pollack (1989), conferindo determinados sentidos à identidade nacional brasileira, a partir da exaltação da democracia e negação de um Brasil autoritário. Para esse objetivo, o acervo é primoroso em documentar, não só os trabalhos Constituintes realizados no âmbito formal das esferas de poder e dos partidos políticos, mas também o engajamento da sociedade organizada na luta por direitos e os anseios, expectativas e projetos políticos da população em geral face à reconstitucionalização do país.

---

<sup>10</sup> A descrição dos documentos da Coleção Memória da Constituinte traz a seguinte informação sobre a origem imediata da aquisição do acervo: “Segundo informações obtidas através de pesquisas na documentação do Museu da República e de entrevistas com Francisca Helena Barbosa Lima, profissional da área de documentação que trabalhou no CPMC, o acervo foi recolhido ao Museu da República em 1990.” Cabe notificar que Francisca Helena Barbosa Lima é historiadora e trabalhou no CPMC como responsável pela coleta, organização e difusão de todas as fontes e dados. Atualmente, ela é a coordenadora da Coordenação de Acervos e Memória, subordinada à Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus.

<sup>11</sup> Sobre o assunto, ver também FARGE, 2009 e HEYMANN, 2012.

A Coleção Memória da Constituinte emerge como um instrumento para a construção de um Brasil melhor, porque mais democrático (e como um dispositivo de resistência ao autoritarismo), mostrando, como diz Heymann (2009, p. 56), que: “Nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro.”

No Museu da República, foi dada à documentação o nome de Coleção Memória da Constituinte,<sup>12</sup> tratando-se, de acordo com a “Planilha de Informações Gerais” da Coleção, de mais de vinte mil itens documentais. O plano de classificação desse conjunto está baseado em três grandes séries e subséries temáticas, conforme indicado abaixo:

- 1- Série Comissão Provisória de Estudos Constitucionais
  - 1.a- Plenário, comitês e seccionais
  - 1.b- Sugestões da sociedade
  - 1.c- Estrutura e funcionamento
- 2- Série Centro Pró-Memória da Constituinte
  - 2.a- Assembleia Nacional Constituinte
  - 2.b- Participação da sociedade
  - 2.c- Enquetes, pesquisas e outras atividades
  - 2.d- Inauguração
  - 2.e- Gestão da informação
- 3- Série Recortes

A Coleção Memória da Constituinte, portanto, está integrada por registros dos trabalhos da CEC, do CPMC e da ANC e também por registros da experiência de participação política de populares, instituições e movimentos sociais brasileiros, no período entre 1985 e 1988. A reunião desse material foi instruída, sem dúvida, com base no reconhecimento de seu valor como acervo histórico e visando evitar a sua perda, extravio e fracionamento. Deve-se lembrar, neste ponto, que a sociedade brasileira vivenciava a superação de um período de ditadura que vigorara por mais de vinte anos

---

<sup>12</sup> A Coleção Memória da Constituinte encontra-se hoje aberta à consulta pública. Ela foi plenamente organizada, entre os anos 2000 e 2002, pela arquivista e historiadora Jailza Sousa Queiroz. Entre 2007 e 2008, toda a Coleção foi digitalizada.

no país. Era, portanto, um momento de recriação de um Brasil democrático, em que as pessoas pretendiam não mais se sentir coagidas por uma lógica autoritária e repressiva de governo. Um momento de ampla mobilização política e de abertura para o exercício da cidadania. Um “tempo político”, muito específico, que foi fixado e perpetuado pelo trabalho de construção da Coleção Memória da Constituinte, que registra e valoriza esse processo de participação ampliada da população brasileira. Joaquim Falcão, inclusive, parece referir-se a esse ponto quando, na carta que escreveu a Afonso Arinos, citada anteriormente, agradece o empenho da CEC para a cessão de seu acervo à FNPM: “A Fundação Nacional Pró-Memória sente-se honrada em compartilhar com V. Excia deste fundamental momento político em que cada um procura dar o melhor de si pela democratização do país”.

Contudo, é importante não perder de vista que nem todos os documentos produzidos e cartas enviadas a autoridades pela população, no período do processo constituinte, compõem a Coleção Memória da Constituinte. Uma boa parte desse material certamente não foi recolhida pelo CPMC.<sup>13</sup> Porém, tal realidade de forma alguma minimiza a importância dos registros acumulados e reunidos no acervo ora em análise, em especial o conjunto referente às cartas remetidas pelos cidadãos comuns.

### **3.2. Escrever cartas**

Reconstruir a longa trajetória histórica percorrida pela escrita epistolar extrapola os limites deste livro. Porém, apresentaremos aqui alguns comentários sobre esse percurso, para melhor situar o conjunto de cartas que será analisado. Dentro desse propósito, começaremos por destacar que o século XVII emerge, para o mundo moderno ocidental, como um período decisivo de transformações na prática cultural de escrever cartas.<sup>14</sup> Se até então, escrever cartas era uma prática restrita e principalmente envolvendo negócios públicos e privados, a partir de então, o campo epistolar começa a ser explorado de muitas outras formas. Entre elas e com destaque para a comunicação entre familiares e, principalmente, entre amigos ausentes, consortes dos “salões sociais” etc. Os novos missivistas concebem suas correspondências como uma “conversa social”, que se realiza por meio de uma escrita destituída de maior cuidado ou

---

<sup>13</sup> Uma evidência, por exemplo, é a documentação sobre o processo constituinte que compõe o arquivo da Câmara Federal, que também inclui uma série de cartas enviadas pela sociedade às autoridades políticas.

<sup>14</sup> A apresentação deste tópico do livro beneficiou-se especialmente de DIAZ, 2002.

compromisso com a eloquência mais formal, até então dominante. Assim, no século XVII, a escrita epistolar passa a distinguir-se da prática cultural predominante desde o início da Idade Moderna, quando a escrita de cartas conformava um domínio explorado com os requintes da erudição, fundamentalmente por intelectuais e políticos. Nas palavras de Tiago dos Reis Miranda (2000, p. 44):

Começara, o gênero [epistolar], a expandir-se logo no início da Idade Moderna, como veículo de um projeto humanista. A ideia era assegurar o convívio social através de comportamentos que todos pudessem aceitar e decodificar. Rapidamente, esse princípio espalhou-se às mais diversas atividades do cotidiano.

Escritas em um estilo mais leve, buscando refletir as ideias, projetos e humor de seu autor, as cartas, a partir do século XVII, já não podem ser situadas no domínio da erudição e das formulações teóricas humanistas. Elas se tornam uma prática do prazer e do lazer; uma manifestação espontânea, ou seja, pretensamente sem artifícios, de alguém que deseja se comunicar com outro alguém. Os novos missivistas escrevem sem preocupações maiores com artifícios e ornamentos literários<sup>15</sup> e sobre toda sorte de assuntos por eles vivenciados. Como expõe Glória Carneiro do Amaral (2000, p. 26):

Relações familiares à parte, o que encontramos nessas cartas? A diversidade e o fervilhar da vida, tal e qual, todos os seus aspectos despididamente misturados [...]. Notícias, retratos, fatos: a vida e as intrigas da corte, indo do grave acontecimento político ou diplomático às fofocas de bastidores (como por exemplo, quem estendeu a luva à rainha); meditações religiosas; o ritmo do correio [...]. Conversas domésticas da mãe que gaba o cozinheiro; que fica constrangida por causa do jantar improvisado e pouco farto oferecido às visitas de última hora; que conta o cardápio dos jantares a que vai [...]; que dá receitas e palpites médicos; que comenta a moda [...]. E, claro e sobretudo, as inevitáveis declarações de amor [...].

Por outro lado, essas cartas ordinárias comuns não poderiam se manter à margem de um sistema epistolar. Como alerta Brigitte Diaz (2002, p. 14-15): “A carta nunca é, literalmente falando, uma forma virgem, já que guarda na memória a lembrança de seus estados anteriores”,<sup>16</sup> sendo preciso considerar que a tão exaltada naturalidade epistolar, que começa a se consolidar no século XVII, estendendo-se à alvorada do XVIII, desenvolve-se entre indivíduos experientes no hábito da leitura de livros e na prática da escrita, de modo que a autonomia e improvisação de seus textos –

---

<sup>15</sup> Paul Jacob (1946 apud DIAZ, 2002, p. 10) afirma, na obra *Parfait Secrétaire*, que as cartas deveriam ser redigidas “sem outro ornamento nem outro artifício a não ser o dos discursos ordinários” (no original: “sans autre ornement ni autre artifice que celui des discours ordinaires”).

<sup>16</sup> No original : “La lettre, elle, n’est jamais, littérairement parlant, une forme vierge, tant elle garde em mémoire le souvenir de ses états antérieurs.”

supostamente escritos “à sua maneira” e sem muitos cuidados – nasce dentro de uma “memória textual”, que funda e abastece essa nova sociabilidade epistolar. Por estar vinculada a um determinado domínio social, a carta conjuga valores estéticos próprios a tal domínio, tornando-se uma arte de comunicação cuja “leveza e liberdade” reproduzem expressões e lógicas comuns a seu meio social, desenvolvendo-se dentro dos princípios de “boas maneiras” ali partilhados e consolidados. Deve-se ainda lembrar que os correspondentes desse período integravam os círculos privilegiados da sociedade e que a preservação de seus lugares sociais requeria que agissem em conformidade com as normas de civilidade da época. As cartas constituíam, nesse sentido, uma espécie de laboratório para o exercício estético em torno desse ideal de civilidade, ao mesmo tempo afirmando-o e flexibilizando-o.

Porém, já nos séculos XVIII e XIX, cresceria o exercício de uma sociabilidade epistolar reconhecida não somente como um espaço próprio à conversação social, mas sendo também percebida e utilizada como o lócus privilegiado da “voz individual”: de sua “intimidade” e sensibilidade. Em distinção face à carta que servira, sobretudo, ao convívio do indivíduo em sociedade, demarca outra possibilidade comunicativa. Ela agora é suporte capaz de abrigar sentimentos mais profundos, sendo um lugar para “burlar” imposições sociais mais rigorosas.

A partir do século XIX, o hábito da escrita epistolar amplia-se entre diversas camadas sociais, beneficiadas tanto pelas novas oportunidades de alfabetização, que acompanham a afirmação da ordem burguesa no mundo ocidental, como pela modernização dos meios de transporte, o que Teresa Malatian (2009, p. 196-197) descreve da seguinte forma:

O XIX foi também o século das correspondências, que se tornaram objeto de coleção e mesmo uma moda, com a formação dos tesouros de autógrafos, que atendiam o gosto antiquário. [...] Paralela à mais ampla alfabetização, ao aumento do hábito de leitura e das práticas arquivísticas, a escrita de cartas difundiu-se [...]. A melhoria dos serviços postais, decorrentes das inovações dos meios de transporte como o trem e o navio a vapor, teve também sua influência sobre a prática epistolar ao encurtar distâncias e agilizar contatos.

Segundo Ângela de Castro Gomes (2004b), a valorização de uma prática da escrita marcadamente autorreferencial ocorreria em conformidade e ao longo do processo de afirmação do indivíduo moderno, que é concebido como um cidadão dotado de direitos/deveres, digno de reconhecimento político e social, independentemente de lhe serem reputadas ou não qualidades excepcionais. Um processo que lança luz sobre a

dimensão “ordinária” da existência individual – e não mais exclusivamente sobre os “grandes homens”, ditos representantes ilustres e notáveis das sociedades –, conduzindo à valorização de todo o universo das ações relacionadas com a vida privada e cotidiana dos indivíduos. A modernidade representaria, assim, um momento de redefinição do lugar social dos indivíduos como seres únicos e singulares.

Nesse processo de afirmação do indivíduo como um valor que se distingue do todo social, embora sendo dele constitutivo, ganha importância uma série de práticas culturais relacionadas com a expressão de si e o registro de sentimentos e experiências pessoais. Nas palavras da autora acima citada:

É o caso das fotografias, dos cartões-postais e de uma série de objetos do cotidiano, que passam a transformar e povoar o espaço privado da casa, do escritório etc. em um ‘teatro da memória’. Um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. [...] os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas. (GOMES, 2004b, p. 11).

A carta será valorizada, sobretudo ao longo do século XIX, pela sua função de “porta-voz da alma e da intimidade” do indivíduo. Se, no século XVII, ela era elaborada com o propósito de estabelecer “conversas” sociais, tal sentido é deslocado para um tipo de carta agora capaz de refletir o âmago das relações de um indivíduo consigo mesmo e com os outros. As cartas se tornam momentos de acesso à intimidade, e de rejeição a outras formas de discurso formais. Essas passam a ser reconhecidas como uma “maquiagem”, a ocultar a “verdadeira” identidade do “eu”, que não existiria na superficialidade e “dissimulação” dos discursos formais. O que se busca então nessas cartas são as expressões e as impressões individuais mais íntimas, quer dizer, mais “verdadeiras”, mais “profundas”.

A carta torna-se o lugar do exercício da reflexão sobre o próprio “eu” e, nesse movimento, muitos escritores acabarão por reencontrar maneiras de fazer da carta um lugar privilegiado para o exercício da reflexão pessoal sobre o mundo. Ou seja, passa-se a postular, nas cartas, os princípios do viver em sociedade – exercício tão comum à prática intelectual humanista –, porém sem retomar o uso da eloquência característica daquela antiga forma de escrita e sem expressar qualquer preocupação maior com códigos sociais mais constrangedores.

Sabemos que o século XIX marca o esforço de afirmação do estatuto de cientificidade da História, sendo fixados determinados critérios e procedimentos próprios à análise crítica das fontes de pesquisa histórica. Nesse momento, dentro da nova sociabilidade que se estabelece com a difusão das práticas de “expressão de si”, as cartas ganharão *status* de um “documento humano incontestável”, instrutivo na busca da “verdade histórica”.<sup>17</sup> Obviamente isso não significa uma total independência das práticas de expressão do “eu” em relação às formas de enquadramento social. Por certo, o movimento que torna a dimensão privada da vida o eixo central da sociabilidade, é também acompanhado da construção de novos códigos sociais a respeito do que seria a “boa conduta” social no espaço privado, resultando que a prática epistolar também seguirá modelos que controlam o que alguém deseja “revelar” sobre a sua intimidade (PERROT, 2009b).

As cartas tornam-se textos híbridos, heterogêneos, multitemáticos e que, por tudo isso, descortinam a natureza complexa e multifacetada do indivíduo singular. Não haverá limites temáticos ou enunciativos que submetam esse novo escritor epistolar. Adaptando-se a uma pluralidade de usos, as cartas fluirão, caracterizando o que Diaz (2002, p. 40 e 65), chama de “pensamento nômade”: “Reflexão sobre si, sobre a cidade ou sobre a literatura, que não poderia se satisfazer com os limites genéricos a ela reservados habitualmente: memórias, romance, poesias, panfletos...”<sup>18</sup> Ou seja, as cartas percorrerão territórios que articulam diferentes temas, abordagens e formatos, com uma desenvoltura capaz de driblar qualquer imperativo protocolar: “Tirando proveito da feliz disposição da carta em ‘voar’, o escritor epistolar se autoriza a todas as digressões, todos os registros, todas as posturas enunciativas. Sem temer a confusão dos gêneros, mas, ao contrário, provocando-a” (PERROT, 2009b).

Dentro da perspectiva histórica esboçada, temos que a noção de “pensamento nômade” traduz muito bem o modelo epistolar que atravessa os séculos XIX e XX, e convém que ela seja aqui referida, pelo que pode contribuir para uma boa compreensão dos protocolos de comunicação presentes nas cartas da Coleção Memória da Constituinte. Tais cartas são emblemáticas da “oficina de escrita” – fragmentos de escrita, mosaicos de escrita – em que se pode transformar o campo epistolar. Com poucas linhas ou muitas páginas (e todas as variantes entre esses dois polos), podem ser

---

<sup>17</sup> Gustave Lanson (1895, apud PEYRE, 1965, p. 283) dirá que as cartas são documentos “incontestáveis, os únicos documentos humanos” (no original: “Voilà les incontestables, les seuls documents humains”).

<sup>18</sup> No original : “[...] pensée de soi, de la cité ou de la littérature, qui ne saurait se satisfaire des enclos génériques qu’on lui réserve habituellement : mémoires, roman, poésie, pamphlets...”.

lidas como documentos que trazem depoimentos sobre a realidade social do Brasil daquele momento e sobre a escrita de cartas como forma de participação política. São assim discursos que propõem sentidos e representações para o âmbito da vida social. São igualmente relatos de vida; cartas de apresentação pessoal; sermões moralizadores; esforços pedagógicos; manifestações de afeto e muito mais. Dessa forma, são registros da mais ampla variedade de temas (alguns presentes em muitas cartas), que expressam motivações e intenções igualmente diversas, incluindo pedidos, críticas, sugestões, alertas, desabaços, além de múltiplas possibilidades de conexão entre essas formas de ação. Constituem também um lugar de proposição de ações políticas e de busca de diálogo com autoridades governamentais. Contudo, quando se valem de narrativas de experiências pessoais, as cartas, invariavelmente, emprestam um forte sentido existencial aos “depoimentos” de seus autores. Do mesmo modo, estão repletas de passagens poéticas e demonstram a imprecisão dos limites entre discurso político, relatos de vida, formas artísticas etc., produzidos por homens “comuns”.

Pode-se afirmar que as cartas da Coleção Memória da Constituinte traduzem a multiplicidade e inventividade do que se compreende aqui como “pensamento nômade”, compondo um conjunto bastante diversificado de temas, formas e intencionalidades comunicativas, que articulam uma estratégia forte de participação política do cidadão “comum”, no Brasil dos anos 1980.

### **3.3. Cartas de uma coleção**

As cartas da Coleção Memória da Constituinte são uma parte muito especial do acervo. Elas constituem não só o registro de ações levadas a termo por instituições da sociedade civil e movimentos sociais diversos, que enviaram cartas às autoridades políticas no momento do processo constituinte como parte de uma estratégia política maior, coletiva e organizada, que certamente envolvia outras ações além do envio das cartas às autoridades. Essas cartas trazem também o registro de ações empreendidas individualmente, por “pessoas comuns”, que, naquele momento de efervescência política no país, tomaram a decisão de escrever diretamente às autoridades, independentemente de quaisquer vínculos profissionais, pessoais ou de militância política. Nesse sentido, o conjunto das cartas abre novas possibilidades para a análise histórica, expressando pontos de vista particulares sobre a política brasileira e sobre



concepções de cidadania fundadas no valor da democracia. Igualmente importante, são “indícios” da participação política do homem comum no processo constituinte vivenciado no Brasil dos anos 1980, que nos dá acesso às motivações e circunstâncias de tal participação. Tomar para análise esse conjunto de cartas é como ver, por meio de um “olho mágico”, uma série de estratégias e opiniões individuais, dispersas e desordenadas na sociedade. Oferece-se, assim, toda uma nova dimensão ao trabalho de pesquisa, a dimensão da individualidade e sua imbricação no contexto social e político.

Apresentaremos, a seguir, algumas informações sobre o conjunto de cartas que compõe a Coleção Memória da Constituinte, referentes ao volume e data dos documentos, aos seus autores e destinatários, locais de onde as cartas foram enviadas e tipos de suporte físico e de escrita. Foi com base nessas informações que delimitamos o conjunto de cartas a ser objeto deste livro para uma análise de conteúdo mais aprofundada.

### 3.3.1. Volume e data

As cartas da Coleção Memória da Constituinte compõem um acervo de 5.245 documentos, escritos no período entre 1985 e 1988. Esse conjunto documental, se examinado ano a ano, revela ritmos de produção desiguais, dependendo do ano em pauta, conforme exposto no Quadro 1.

**Quadro 1**

<b>Número de cartas da Coleção Memória da Constituinte, por ano (1985 - 1988)</b>		
<b>1985</b>	976	18,7%
<b>1986</b>	1.905	36,3%
<b>1987</b>	1.936	36,8%
<b>1988</b>	14	0,3%
<b>Não identificado</b>	414	7,9%
<b>Total</b>	5.245	100%

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

Como se vê, a produção dessas cartas tem início, com fôlego, em 1985, com quase mil documentos, mas já atinge, em 1986/1987, 3.841 cartas. Em 1988, ano final da Constituinte, o envio de cartas é praticamente irrelevante. Ou seja, a correspondência entre os cidadãos e os políticos envolvidos com a Constituinte, perfazendo em torno de 92% do universo, situa-se entre 1985 e 1987.

As notações de data inserem as cartas em tempos históricos específicos, partilhados tanto pelos missivistas quanto pelos destinatários, e, no caso do acervo aqui em estudo, podem oferecer indícios sobre a importância de certas experiências sociais para o estímulo à prática de escrever cartas aos políticos. Nesse sentido, é compreensível a clara concentração de cartas em 1986 e 1987, por se tratar dos anos, respectivamente, da eleição e da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, ambos eventos de grande apelo midiático e propulsores da intensificação das campanhas pró-participação por todo o país. Algumas dessas cartas tratam, inclusive especificamente, do tema da eleição dos membros da Assembleia Constituinte ou de seu *status* de funcionamento, evidenciando o desejo dos populares de participar/influenciar nesses processos. É o caso, por exemplo, da carta de Argemyro Pereira que escreve, do Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1986, propondo ao presidente da República proibir a candidatura de religiosos à Constituinte, “tais como: pastor, padre, sacerdote, presbítero e outros”, argumentando que, de acordo com Jesus, “ninguém pode servir a dois senhores”.

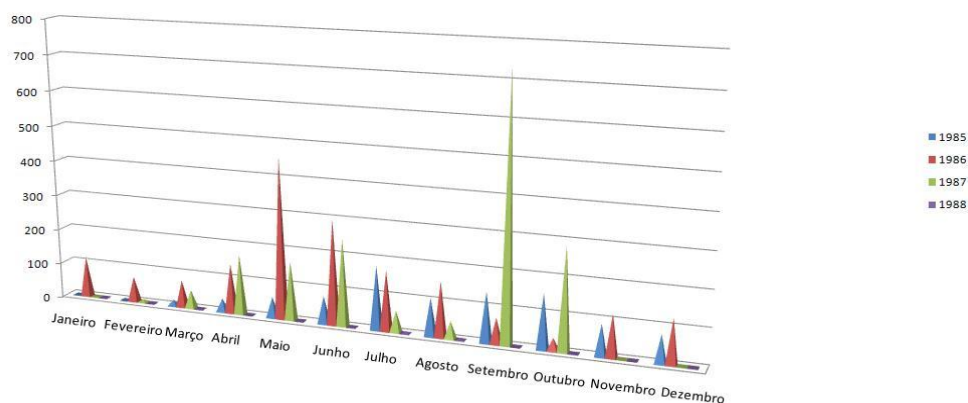
Um exame mais apurado no tocante às datas das cartas, agora realizado mês a mês, indica que ocorreram picos de produção nos meses de maio de 1986 e setembro de 1987. Além disso, o ano de 1985 começa com poucas missivas, mas a partir de julho elas alcançam e se mantêm acima ou um pouco abaixo de 100 cartas por mês, o que permanecerá em quase todos os meses de 1986. Já em 1987, entre abril e junho também há muitas cartas, mas nada igual ao pico de 730 cartas ocorrido em setembro, com 288 cartas em outubro, praticamente fechando o ciclo. É esse movimento que se vê no Quadro 2 e no Gráfico abaixo.

Quadro 2

Número de cartas da Coleção Memória da Constituinte, por mês (1985 - 1988)					
Ano/Mês	1985	1986	1987	1988	Não Identificado
Janeiro	1	115	2	—	—
Fevereiro	—	72	8	—	—
Março	17	77	52	1	—
Abril	38	141	171	—	—
Maió	59	458	167	—	—
Junho	78	297	246	1	—
Julho	180	170	61	5	2
Agosto	107	155	49	4	1
Setembro	142	73	730	—	—
Outubro	154	35	288	—	—
Novembro	89	119	1	—	—
Dezembro	79	125	—	—	—
Não identificado	32	68	161	3	411
Totais	976	1.905	1.936	14	414

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

Número de Cartas da Coleção Memória da Constituinte, por mês (1985 - 1988)



Para uma compreensão do *boom* de missivas ocorrido em maio de 1986 e setembro de 1987, chamam atenção dois eventos políticos relacionados com o processo constituinte. Eles, com certeza, representaram momentos estimulantes para a prática de envio de cartas às autoridades, evidenciando que a mobilização da sociedade civil, empreendida e articulada a um momento específico do processo constituinte, foi uma variável importante para esse tipo de participação política.

Em primeiro lugar, em 1986 teve início, como vimos, uma reorganização político-administrativa dos plenários populares pró-participação, envolvendo a redefinição de suas estratégias de ação em âmbito local, regional e nacional, bem como a adoção de formas coordenadas de incentivo à participação política da população. Tal esforço começa a se estruturar como fruto do grande descontentamento, no interior dos movimentos sociais, causado pela aprovação da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, que determinou a convocação de uma Constituinte congressual no país. Ou seja, frente à derrota da proposta de se instituir uma Constituinte exclusiva, os movimentos sociais investiram em um maior diálogo com a população, preocupados com a possibilidade de os candidatos ao Congresso não exprimirem os anseios populares nos trabalhos constituintes.

Para dar novo fôlego às suas ações e ao objetivo de incentivar a participação política do cidadão, foram empreendidas medidas de âmbito institucional, com a criação da Secretaria Nacional de Intercomunicação e Serviços do Plenário Nacional e, logo depois, em maio de 1986, a criação da Associação Brasileira de Apoio à Participação Popular na Constituinte. Também em maio de 1986, o Plenário Nacional lançou o projeto “O povo discute o Brasil”. Todas essas ações, como se viu, mas é bom lembrar, envolveram larga distribuição de folhetos informativos e o comprometimento de artistas e de figuras públicas de grande apelo. O envio de propostas populares aos governantes era muito valorizado, a partir de novas estratégias que certamente influenciaram, não só a favor do entendimento de ser importante estreitar o diálogo entre a sociedade e os governantes, mas também para generalização de certo otimismo quanto a haver, no Brasil, ambiência política e espaço social para tanto. São bons exemplos os trechos das cartas abaixo, dirigidas ao presidente da República, sendo a primeira do interior de São Paulo e a segunda de Brasília, ilustrando bem as diferenciadas formas pelas quais os cidadãos queriam contribuir.

Este é o momento de se mobilizarem os órgãos de imprensa para captar as opiniões e sugestões do povo para a nova Constituição. Sugestões que devem ser discutidas na Assembléia Constituinte. Eu tenho algumas sugestões a fazer: I- Eleições diretas para Presidente da República. II- Mandato presidencial de quatro anos. III- Maior autonomia para os estados e municípios, com a descentralização do poder [...].<sup>19</sup>

Gostaria de dar minha contribuição para a ‘CONSTITUINTE, primeiramente oferecendo um esboço do mapa do “Brasil Constitucional”. [...] Sentir-me-ia feliz se ele fosse aproveitado como capa da “Carta Magna”. Tenho também,

---

<sup>19</sup> Trechos da carta de Josué dos Santos ao presidente da República. Jacareí, SP, 14/5/1986.

algumas leis e artigos que gostaria que se fizessem presentes na CONSTITUIÇÃO. 1ª lei: saúde e educação é obrigatoriamente meta prioritária do Governo Brasileiro.<sup>20</sup>

Já com relação ao expressivo número de cartas do acervo produzidas no mês de setembro de 1987, deve-se ter em conta a data de entrega formal das emendas populares à Assembleia Nacional Constituinte, em 12 de agosto de 1987. O evento, na verdade, marcou o fim de um canal para o envio de sugestões da sociedade aos constituintes. Até aquele momento, e desde a aprovação do instrumento das emendas populares, sacramentada no Regimento Interno da Constituinte, muitas pessoas, em vez de enviar cartas diretamente aos parlamentares, optavam por registrar sua assinatura em uma ou mais emendas populares (no máximo três, conforme o Regimento).<sup>21</sup> Essa alternativa deixa de existir após a entrega oficial das emendas em Brasília. Soma-se a isso que o próprio ato público de entrega conjunta das emendas populares, largamente noticiado na mídia, constituiu, em si, um momento emblemático de participação popular, que pode ter funcionado como elemento estimulador para o envio de mais cartas às autoridades. Após a entrega oficial das emendas populares, os jornais passaram a publicar regularmente detalhes sobre o conteúdo das emendas, onde consultá-las, quais as entidades que as patrocinaram e quem seriam os responsáveis por defendê-las na Comissão de Sistematização da ANC.<sup>22</sup> O acompanhamento, pela população, do noticiário diário sobre a entrega das emendas populares – potencialmente inspirador para a decisão de envio de cartas aos governantes –, estimularia a elaboração e o encaminhamento efetivo de cartas, explicando por que o mês de setembro de 1987 aparece, no acervo, como um momento particularmente propício para esse exercício epistolar. Nesse sentido, inclusive, é interessante observar que a carta de Joaquim Marinho de Araújo, do Rio de Janeiro, escrita ao CPMC, em 16 de setembro de 1987, apresenta, ela própria, o formato de um projeto detalhado, com sete páginas, para ser avaliado pelos constituintes. Vale a reprodução da página inicial e de um exemplo de página ilustrada. A primeira tem o formato de uma “capa” de projeto, que o autor

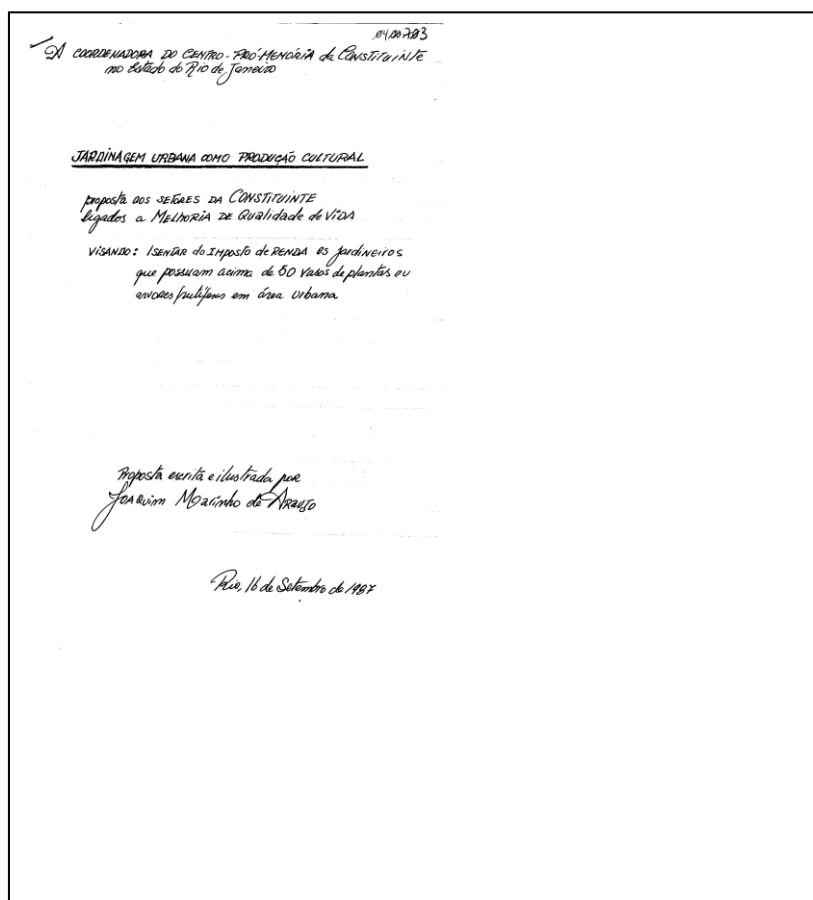
---

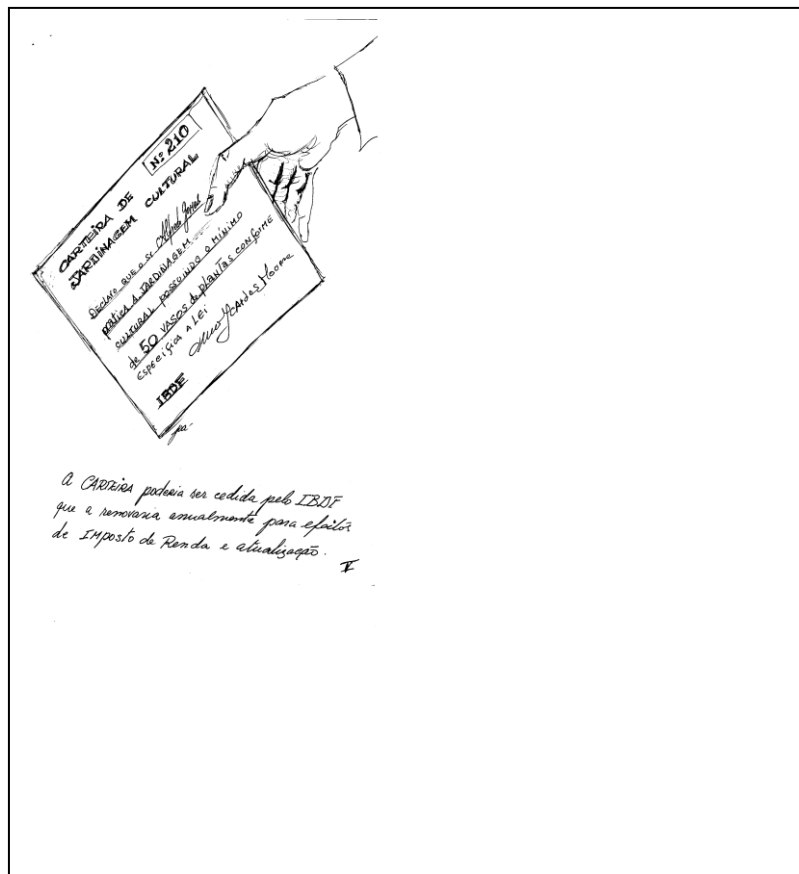
<sup>20</sup> Trechos da carta de Dirce Vasconcelos Nunes ao presidente da República. Brasília, DF, 21/5/1986.

<sup>21</sup> A aprovação do instrumento das Emendas Populares, como visto, garantiu a possibilidade de qualquer indivíduo apresentar emendas ao projeto de Constituição, contanto que subscritas por 30 mil cidadãos brasileiros e referendadas por três entidades da sociedade civil. Cada indivíduo podia assinar três emendas populares, no máximo. A entrega formal das emendas à Assembleia Nacional Constituinte, em 12 de agosto de 1987, contabilizou em torno de 12 milhões de assinaturas, que subscreveram 122 emendas populares. Sobre o assunto, ver MICHILES et al., 1989.

<sup>22</sup> Entre outros exemplos, ver: EMENDAS populares já têm seus defensores. *Correio Braziliense*, 19/8/1987; 559 CONSTITUINTEs e 4 milhões de brasileiros emendam nosso país. *Jornal da Constituinte*, 10-16/8/1987, capa; e DOSSIÊ. *Jornal do Brasil*, 9/9/1987, p. 3.

intitula de “Jardinagem urbana como produção cultural”, e que teria por objetivo a proposta de: “Isentar do Imposto de Renda os jardineiros que possuam acima de 50 vasos de plantas ou árvores frutíferas em área urbana.” A outra página destacada, apresenta um modelo de “carteira de jardinagem cultural”, que o autor sugere seja emitida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com validade de um ano, para certificação daqueles que se inserissem na categoria de proprietários de plantas ou árvores, a merecer isenção no imposto de renda.





Porém, independentemente dos momentos de pico de produção de cartas, o próprio conjunto, por inteiro, de 5.245 missivas escritas aos governantes pelos mais diversos atores sociais brasileiros, durante os anos do processo constituinte, sem dúvida guarda um valor incontestável de registro da participação política popular, com força para despertar não somente o prazer da leitura, mas também o interesse pela história política do Brasil.

### 3.3.2. Missivista e destinatário

Missivistas são os que “falam” nas cartas, os que tomam a iniciativa de escrevê-las. Mesmo quando partilham com terceiros a elaboração da carta, são os que a assinam, na primeira pessoa. São igualmente os que escolhem os temas que compõem as mensagens e surpreendem pelas confissões, reclamações e desabafos etc. Autores dos relatos de suas experiências, e não raro os seus protagonistas, costumam realçar acontecimentos vividos, deixando ver que o domínio da representação de si é intrínseco

à prática epistolar, ocupando o *status* de “prova” quando se trata de participar politicamente com sugestões e críticas.

Nas cartas aqui em estudo, há missivistas que podem ser considerados como “institucionais” e também indivíduos – homens e mulheres – de todas as classes sociais. Sobre este ponto, deve-se assinalar que não é possível identificar com precisão a situação econômica de cada missivista. Porém, há alguns indícios – como a grafia e o domínio da escrita, as apresentações de si mesmo e os relatos de vida presentes nos textos –, que permitem supor que boa parte dessas cartas foi escrita por pessoas que compunham os extratos menos privilegiados da sociedade. O seguinte trecho da carta manuscrita de Deraldo P. da Cruz, que escreve à ANC, de Salinas, Minas Gerais, em 4 de junho de 1987, é um bom exemplo:

Ilmo. Srs. Autoridades. É uma grande honra poder comunica-los contigo. Espero que esta ão de encontrar todos em plena felicidade. Sou um pai de família, sou de idade, sou trabalhador e muito onesto. Estou lhe escrevendo esta carta para faze-los um apelo, e espero que vocês estejam em disposição para mim ajudar. Aqui onde moro eu trabalhei vários anos em uma fazenda, e os meus patrões implicaram comigo, e mim mandou embora injustamente. Nunca fiz nada de errado. E eles recusam a pagar os meus Direitos. Já faz mais de um ano que eu venho tentando resolver no sindicato daqui, mais aqui não tem jeito, o sindicato está mim enrolando. Pois aqui quem manda é quem tem dinheiro. Aqui a lei é do mais forte. Faço um apelo a vocês, que mim ajude, pois sou pobre, e preciso trabalhar pra sustentar meus filhos [...]. A minha única esperança é vocês. Pois aqui ainda existe o coronelismo. Se vocês não agirem os pobres vão morrer de fome e os ricos cada vez mais rico.

No exemplo, diferentemente de outras cartas, não há nenhum tipo de sugestão, mas um doloroso pedido de ajuda, na tradição de cartas de pedido a autoridades políticas.<sup>23</sup> Mas ele revela o alcance da mobilização realizada e o desejo/necessidade do cidadão se comunicar politicamente. O esforço desses missivistas, como é claro e emocionante no exemplo, é aproximar de si e de seu texto alguém que está distante (o político, a política mesmo) física e socialmente, buscando romper uma condição indesejada de afastamento do espaço público, vivido até então como restrição.<sup>24</sup> Como reconhece Maria Helena Pereira, em carta enviada a Afonso Arinos, do Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1986, em seu preâmbulo: “Inicialmente, quero agradecer-lhe esta oportunidade de qualquer um de nós brasileiros podermos escrever-lhe a respeito de uma ou mais possíveis sugestões a nossa futura Constituição”.

---

<sup>23</sup> As cartas de pedidos às autoridades serão objeto mais detalhado de análise no capítulo 4.

<sup>24</sup> Ângela de Castro Gomes (2004b, p. 20) chama atenção para a existência, na prática epistolar, não só da distância espacial e temporal entre autor e destinatário da carta, mas, também, da distância entre o momento de narração dos fatos nas cartas e o momento da ocorrência concreta desses mesmos fatos narrados, e ainda a distância entre a produção da carta e o reconhecimento do seu valor.



Os missivistas escrevem cartas, cujo horizonte – no tempo e no espaço – é o destinatário. As cartas se dirigem a alguém; são para alguém receber. Para que chegue às suas mãos alguma ideia, informação, pedido ou crítica, enfim, alguma mensagem vai orientá-las. Devem ser lidas pelos destinatários e, em princípio, por mais ninguém, podendo, portanto, ser interpretadas como um ato de comunicação a distância, em que o missivista vai a um encontro imaginado, como um viajante, vencendo a separação ou ausência que impede o contato face a face, que se materializa no texto escrito. O destinatário é o leitor que o missivista deseja mobilizar sobre si ou sobre a parte de si mesmo que lhe entrega através da carta.<sup>25</sup> No entanto, há também quem pondere que o destinatário é tão somente o álibi do missivista, que, embora convocando um receptor para sua carta, de fato escreveria para si mesmo, para encontrar-se consigo mesmo (ROUSSET, 1986; DIAZ, 2002). Naturalmente, tais alternativas não são excludentes, podendo-se pensar que o missivista se encontra na carta, consigo mesmo e com seu destinatário, pela prática da escrita.

No caso específico do acervo aqui em exame, os missivistas endereçam suas cartas a uma autoridade política, esperando influenciá-la com seus enunciados, persuadindo-a a atuar politicamente na direção que consideram a mais conveniente. Podem também esperar um retorno ou um benefício, relacionado com o que pensam e com o que propõem. Assim, em 27 de agosto de 1986, o mineiro Raymundo Silva de Oliveira escreve, de Belo Horizonte, ao presidente da República, recorrendo a um tom suplicante e assumindo o lugar de uma pessoa que atravessa profundas carências em relação às condições básicas de vida: “Senhor presidente, o senhor que se interessa pelos pobres, eu peço [...] que se interesse por mim e outros que estejam na mesma situação porque do jeito que está não está dando para comer.” E Murilo Gentil Porto escreve, de Fortaleza, para Afonso Arinos, no dia 5 de junho de 1986, comentando que “apesar de haver feito diversas cartas à alguns políticos sem obter resposta, com a V. Excia. não aconteceu isso. V. Excia. respondeu-me agradecendo a sugestão para a nova constituinte”. Ou seja, o missivista dá continuidade à correspondência, confiando que o diálogo por carta é um meio de buscar influenciar na Constituinte, e evidenciando que também havia respostas das autoridades políticas, o que alimentava a cadeia da prática epistolar. Missivista e destinatário são dois polos do território epistolar, ligados e se retroalimentando. Contudo, nenhum dos dois controla completamente os possíveis

---

<sup>25</sup> “Ir! – Ir! – Ir eu próprio, deslocar-me em pessoa, viajar, ser meu próprio mensageiro, partir, em poucas horas chegar, tudo numa vertigem de transferência comunicativa!” (CASTRO, 2000, p. 16).

destinos e desdobramentos das cartas: elas podem ser ignoradas, atendidas em seus propósitos ou, simplesmente, respondidas, o que – como se vê – já representa em certos casos retorno suficiente para um remetente se sentir valorizado e participante.

Na Coleção Memória da Constituinte, definimos inicialmente dois grupos de cartas com base em tipos de missivistas. De um lado, o grupo de cartas escritas em nome de uma instituição, movimento social, órgão de governo, associação, entidade civil, ou mesmo um coletivo de pessoas que partilham, informalmente, de uma identidade como grupo social. Esse conjunto de cartas foi denominado cartas de coletivo. De outro, reunimos as cartas escritas por uma pessoa singular que expressa “suas” ideias, apresentando-as como parte de reflexões e valores de suas vivências. Esse grupo de cartas foi denominado cartas pessoais. Conforme indicado no Quadro 3, a distribuição foi a seguinte:

**Quadro 3**

<b>Cartas da Coleção Memória da Constituinte</b>	
<b>Grupos de missivistas</b>	
<b>Cartas de coletivo</b>	1.577
<b>Cartas pessoais</b>	3.668
<b>Total</b>	5.245

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

O expressivo volume de cartas pessoais, sendo – do ponto de vista do número de cartas (e não de missivistas) – o dobro das cartas de coletivo, indica, a nosso ver, que, embora o momento constituinte tenha sido um período em que as iniciativas de organização para a participação política ganharam muita força, tais iniciativas acabaram por “transbordar” na sociedade, sendo assimiladas pelos indivíduos de modo geral. A ideia de participar da política passa a ambientar a vida cotidiana das pessoas, indo além de seus grupos de inserção, e contribuindo para a tomada de decisão de fazê-lo “por conta própria”. Como os números atestam, muitas pessoas decidem escrever cartas às autoridades, considerando, consciente ou inconscientemente, que sua ação individual tem valor social.

Além disso, observando-se apenas as cartas pessoais, verifica-se uma desproporcionalidade entre os seus missivistas, se considerados por gênero,<sup>26</sup> conforme resume o Quadro 4.

**Quadro 4**

<b>Cartas pessoais – missivistas por gênero</b> <b>Coleção Memória da Constituinte</b>		
<b>Homens</b>	2.278	62,1%
<b>Mulheres</b>	945	25,8%
<b>Ambos</b>	158	4,3%
<b>Sem Identificação</b>	287	7,8%
<b>Total</b>	3.668	100%

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

O fato de a participação feminina, entre as cartas pessoais da Coleção Memória da Constituinte, ser menor do que a participação masculina remete a algumas considerações sobre a prática social da escrita epistolar, que enfatizam a existência de diferenças históricas entre os papéis sociais vivenciados, no dia a dia, por homens e mulheres. É somente no século XVII que a presença de mulheres missivistas se faz sentir em maior extensão no mundo da escrita de cartas (DIAZ, 2002), quando o campo epistolar deixa de pautar-se, privilegiadamente, pela praxe da eloquência e da erudição, consagrada à época do humanismo, tornando-se uma forma escrita de “conversação”, mais palatável e acessível a todos aqueles educados na arte de escrever. A partir de então, as mulheres missivistas terão lugar privilegiado no domínio da prática privada da correspondência, do mesmo modo que serão numerosas na escrita de diários (CUNHA, 2009). Isso acaba por inspirar algumas formulações estereotipadas sobre uma suposta excelência e predisposição das mulheres para um tipo de escrita moldada por uma forma de expressão dita mais delicada, sensível e repleta de encantos, porém despida de qualidade literária, e que se afirmaria como um contraponto à escrita masculina, mais intelectualizada. Ou seja, as mulheres seriam “naturalmente sensíveis” em suas cartas e,

---

<sup>26</sup> Neste ponto, circunscrevemos o objeto de análise ao grupo de cartas pessoais porque as cartas de coletivo são assinadas por pessoas jurídicas. Evidentemente o número de indivíduos abarcado pelas cartas de coletivo pode ser maior do que o representado pelas cartas pessoais: o que está sendo considerado aqui é o número de cartas.

supostamente, também mais inconsistentes e refratárias ao mundo culto das ideias.<sup>27</sup> No entanto, Brigitte Diaz (2002) lembra, com muita propriedade, que mais pertinente do que considerar que o padrão de escrita de cartas desenvolvido a partir do século XVII, no mundo ocidental, reflete a natureza – ou a alma – feminina, seria perceber que a afirmação da prática social privada da correspondência representou uma abertura para a sua “feminilização”, e que as mulheres que desejavam escrever recorreriam, com frequência, ao gênero epistolar, nos dois séculos seguintes, acompanhando as novas oportunidades de acesso à alfabetização. Ainda a esse respeito, Fritz Nies (1978 apud DIAZ, 2002, p. 19) demonstrou que, no século XVII, somente 2% dos autores que assinam uma obra em que figura a palavra “carta” eram mulheres.

A incursão no campo epistolar teria sido, portanto, uma etapa inicial para as mulheres adentrarem ao mundo da escrita; um primeiro elo entre o espaço restrito da família e a cena pública, à qual, por muito tempo, até o recente século XX, foi ocupada por homens. Tal perspectiva é também expressa por Ângela de Castro Gomes (2004b, p. 9), quando aponta que “por questões de constrangimento social [as mulheres] tiveram seus espaços de expressão pública vetados, restando-lhes exatamente os espaços privados, entre os quais os de uma escrita de si”.

O acervo aqui em exame é sem dúvida um exemplo de que as mulheres “comuns”, contra todos os clichês e constrangimentos, procuravam, no Brasil dos últimos anos do século XX, alcançar um papel de agentes históricos ativos, endereçando cartas a autoridades políticas. Porém, ainda é o homem que aparece, maciçamente, como o missivista mais presente, como o sujeito político privilegiado na interação com o âmbito público da política.<sup>28</sup>

No que diz respeito aos destinatários das cartas, todas foram enviadas a autoridades ou órgãos políticos que, no conjunto, compõem um painel amplo e variado de autoridades-destinatários. Para uma sistematização, identificamos dez categorias de destinatários, conforme indicado no Quadro 5, distribuídas em dois grandes grupos: 1) o grupo de destinatários nomeados coletivamente: Assembleia Nacional Constituinte – ANC; Comissão Provisória de Estudos Constitucionais – CEC; Centro Pró-Memória da

---

<sup>27</sup> Louis Philipon-de-la-Madeleine (1823 apud DIAZ, 2002, p. 13) explica o dom feminino para a escrita de cartas pela “suavidade na qual [as mulheres] são criadas, que as torna mais próprias a sentir do que a pensar” (no original: “cette mollesse ou elles sont élevées, qui les rend plus propres à sentir qu’à penser”). Diaz oferece, na mesma obra, vários outros exemplos de escritores e escritoras de cartas, contemporâneos aos séculos XVIII e XIX, que assumem a representação de que as mulheres escrevem a partir do sentimento e da imaginação, nunca a partir da reflexão e do conhecimento.

<sup>28</sup> Para uma visão sobre as diferenças de participação entre homens e mulheres na esfera pública brasileira, ver SALEM, 1981.

Constituinte – CPMC; governos estaduais; e entidades civis; 2) o grupo de destinatários indicados individualmente: o presidente da República; o presidente ou o membro tal da ANC; o presidente ou o membro da CEC; o ministro X; o profissional da área jurídica. Além desses, há cartas que combinam mais de um entre os destinatários citados e, por fim, há algumas cartas nas quais não é possível a identificação do destinatário.

**Quadro 5**

<b>Destinatários das cartas da Coleção Memória da Constituinte</b>		
<b>Destinatário</b>		<b>Qtde.</b>
<b>Coletivo</b>	ANC (inclui também: Congresso Nacional; Senado Federal; Câmara Federal; deputados constituintes; bancada do PL)	849
	CEC	243
	CPMC (inclui também uma carta à coordenadora do CPMC)	209
	Governos estaduais	1
	Entidades civis	6
	<b>Total – destinatário coletivo</b>	<b>1.308</b>
<b>Individual</b>	Presidente da República (inclui também cartas à Presidência da República e ao Governo Federal)	1.018
	Presidente da ANC; deputado constituinte; deputado federal; senador constituinte ou senador federal	1.271
	Presidente da CEC e membros específicos da CEC	930
	Ministros (inclui cartas aos respectivos Ministérios)	556
	Profissionais específicos da área jurídica	3
	<b>Total – destinatário pessoal</b>	<b>3.778</b>
<b>Vários Destinatários</b>	<b>Vários Destinatários</b>	<b>19</b>
<b>Sem Identificação</b>	<b>Sem Identificação</b>	<b>140</b>
<b>Total</b>		<b>5.245</b>

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

**Obs.:** No grupo “coletivo”, além das cartas endereçadas diretamente à Assembleia Nacional Constituinte, foram incluídas na classificação “ANC” as cartas endereçadas ao Congresso Nacional (3), Senado Federal (3), Câmara Federal (1), aos deputados constituintes (23) e à bancada do PL (2). Por outro lado, uma única carta endereçada à coordenadora do CPMC foi incluída junto às cartas ao CPMC. No grupo “individual”, uma única carta endereçada ao Governo Federal, foi incluída junto às cartas enviadas ao “presidente ou Presidência da República”.

Como se vê no Quadro 5, o número de cartas enviadas a uma autoridade específica (3.778 cartas) é quase três vezes maior do que o número de cartas enviadas a

um coletivo (1.308 cartas).<sup>29</sup> Além disso, o fato de só o presidente da República, individualmente, ter recebido 1.018 cartas remete ao peso da mística presidencial na cultura política brasileira. De fato, a História do Brasil coleciona passagens de culto a presidentes da República, deixando ver que a figura do chefe de Estado tem lugar de destaque no imaginário político nacional, como representação de poder (GOMES, 2005; GOMES, FERREIRA, 2007; MARCELINO, 2010). Em nossa República, o presidente encarna pessoalmente a nação, diferentemente do Congresso. Não surpreende, portanto, que José Sarney, a quem não se pode atribuir um tipo de liderança carismática, apareça, no acervo, como o destinatário isolado, com maior número de cartas recebidas.

### **3.3.3. Local de origem**

No acervo em estudo, há cartas provenientes de todas as regiões e estados brasileiros, com a única exceção do estado do Acre.<sup>30</sup> Tal alcance territorial da iniciativa de envio de cartas aos governantes sinaliza que, naquele momento do processo constituinte, fez-se disseminar por todo o país – e, portanto, entre pessoas que experimentavam tipos de inserção espacial muito diferenciados – certa forma de viver a política, de tal maneira que o “diálogo por carta” com as autoridades afirmou-se como recurso comunicativo comum e recorrente em escala nacional.

De fato, uma sistematização dessas cartas informa, conforme exposto no Quadro 6, que elas partiram de todas as regiões do país.

---

<sup>29</sup> Não foram contabilizadas neste caso as 140 cartas com destinatário não identificado e as 19 cartas enviadas a mais de uma autoridade.

<sup>30</sup> Vale lembrar que a ausência, na Coleção Memória da Constituinte, de cartas provenientes do Acre não significa que inexistiram cartas do Acre para a Constituinte, mas sim que elas não constam na Coleção aqui analisada. O estado do Tocantins não foi considerado nesta análise, pois sua criação foi aprovada somente em 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, e seu primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos, só tomou posse em 1º de janeiro de 1989.

**Quadro 6**

<b>Coleção Memória da Constituinte – Local de produção das cartas</b>			
<b>NORTE</b>		<b>CENTRO-OESTE</b>	
Amapá	5	Goiás	69
Amazonas	20	Mato Grosso	17
Rondônia	12	Mato Grosso do Sul	35
Roraima	5	Distrito Federal	107
Pará	46	<b>Total - Centro-Oeste</b>	<b>228</b>
<b>Total - Norte</b>	<b>88</b>		
<b>NORDESTE</b>		<b>SUDESTE</b>	
Maranhão	10	Espírito Santo	113
Piauí	6	Rio de Janeiro	742
Ceará	42	Minas Gerais	287
Rio Grande do Norte	22	São Paulo	918
Paraíba	28	<b>Total - Sudeste</b>	<b>2.060</b>
Pernambuco	116	<b>SUL</b>	
Alagoas	39	Paraná	228
Sergipe	6	Santa Catarina	217
Bahia	293	Rio Grande do Sul	1.578
<b>Total - Nordeste</b>	<b>562</b>	<b>Total - Sul</b>	<b>2.023</b>
		<b>Não identificados</b>	<b>284</b>
<b>PAÍS = 5.245</b>			

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

Observe-se, contudo, que, embora abarcando todas as regiões e estados do Brasil, as cartas provenientes do Sudeste e do Sul representam 78% do número total de cartas (ou 4.083 cartas), enquanto a soma das cartas provenientes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste representam 17% do total (ou 878 cartas). O volume maior de cartas, portanto, provém das regiões economicamente mais ricas e mais desenvolvidas do país do ponto de vista da presença de equipamentos culturais.

A análise quantitativa das cartas, quanto a sua abrangência territorial, deixa ver ainda que a motivação de enviar cartas aos governantes ecoou em cidades grandes e de médio porte, mas também em sítios pequeninos e longínquos do país,<sup>31</sup> conforme resumido no Quadro 7.

<sup>31</sup> A título de exemplo, citamos, entre várias outras cidades: Nova Olinda do Norte, no Amazonas; Coroatá, Açailândia e Anapurus, no Maranhão; Silvânia e Aragarças, em Goiás; e Bossoroca e Campina das Missões, no Rio Grande do Sul.

#### Quadro 7

Coleção Memória da Constituinte Capitais/Outras cidades		
Capitais	2.957	56,4%
Outras cidades	1.957	37,3%
Sem identificação	331	6,3%
<b>Total</b>	<b>5.245</b>	<b>100%</b>

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

O envio de cartas a partir de cidades pequenas, distantes das capitais dos estados, mesmo que com um peso muito menor, é um indicador contundente da abrangência e força de mobilização das campanhas desenvolvidas e de como a população experimentava aquele momento como algo especial na vida política do Brasil. Como mostra o Quadro 7, se as cartas procedentes de capitais de estados brasileiros somam um total de 2.957 missivas, por outro lado não é inexpressivo o montante de 1.957 missivas que provêm de outras cidades do país.<sup>32</sup>

#### 3.3.4. Materialidade das cartas

Os suportes materiais que servem à escrita de cartas são, sem dúvida, indicadores das possibilidades oferecidas pelo mercado, em um dado momento histórico e localidade. Mas eles também demonstram as estratégias criadas pelos missivistas; em especial, pode-se aventar, aqueles com baixo poder aquisitivo.

Tal como os textos que abrigam, os suportes das cartas nos dão vários indícios sobre a sociedade em que são produzidos e utilizados. Eles se articulam com os textos, sendo parte da mensagem, indicando igualmente que as cartas são um objeto material de investimento do missivista, que se articula, mas também se diferencia do conteúdo que anuncia. No acervo em estudo, foi possível caracterizar sete tipos distintos de suportes físicos, aqui nomeados, respectivamente, de: 1) papel de carta; 2) papel timbrado; 3) telegrama; 4) telex; 5) formulário impresso; 6) suporte digital; e 7) diversos. No Quadro 8 é apresentado um resumo indicativo das proporções de cada suporte no conjunto do acervo.

---

<sup>32</sup> Para um grupo de 331 cartas, contudo, não foi possível identificar a cidade de origem.



**Quadro 8**

<b>Coleção Memória da Constituinte – Suportes das cartas</b>		
Papel de carta	1.563	29,8%
Papel timbrado	1.038	19,8%
Telegrama	432	8,2%
Telex	145	2,8%
Formulário impresso	341	6,5%
Suporte digital	1.723	32,9%
Diversos	3	0,1%
<b>Total</b>	<b>5.245</b>	<b>100%</b>

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

A maior quantidade de cartas apresenta-se em suporte digital, representando praticamente 33% do conjunto, com 1.723 documentos. São mensagens processadas por meio digital, com formatos equivalentes e estrutura resumida, editadas a partir de tratamento informatizado próprio para serem enviadas à Assembleia Nacional Constituinte, mediante o uso de computadores. Como vimos, esses computadores eram operados por profissionais do CPMC, pelo serviço de transmissão de dados que o Centro implementou em suas sete filiais, possibilitando à população obter informações sobre os debates e o andamento dos trabalhos constituintes, bem como se manifestar sobre a Constituinte, enviando mensagens. O maior volume desse suporte, no acervo, é um forte indício da boa aceitação, pela população, do serviço oferecido pelo CPMC e de seu papel estratégico na campanha pela participação política dos cidadãos.

Também em número expressivo, há 1.563 missivas escritas em papel de carta, que consideramos aqui ser aquele de uso convencional para a escrita à mão. Ele tanto pode ser o papel de carta padrão, de vários tipos, quanto papéis adaptados para tal uso, como folhas de caderno, folhas ofício e folhas de blocos diversos, considerados compatíveis com a classificação.

Há ainda 1.038 cartas escritas em papel timbrado – apresentando o timbre identificador de seu emitente –, além de 432 telegramas e 145 telexes. Em formulário impresso, constam 341 cartas. Como já vimos, tais formulários, de diferentes tipos, foram disponibilizados à população pelo Senado Federal, pelo CPMC e também por alguns movimentos sociais. Além de serem distribuídos em campanhas de rua, podiam ser obtidos nas sedes do Senado Federal e do CPMC, em agências dos Correios de todo o país e em algumas igrejas, escolas e instituições diversas. Em comum, todos os

formulários oferecem espaço para preenchimento de dados como nome, profissão, data, e mensagem principal. Via de regra, foram produzidos tendo em vista a realização de pesquisas de opinião ou facilitar/intermediar o diálogo entre os cidadãos e a Assembleia Nacional Constituinte. Após serem preenchidos, os formulários eram devolvidos aos pontos de distribuição e recolhidos pelo órgão de governo ou movimento social que faria a mediação de seu envio à ANC.

Finalmente, há no acervo três cartas escritas em suportes que, à primeira vista, podem parecer improváveis para o exercício epistolar, mas que foram aproveitados para tal uso. Essas cartas foram escritas, respectivamente, em um “santinho”; em um formulário para pedido de materiais administrativos; e em um marcador de livro. Tais suportes não constituem papéis de carta, mas também não poderiam ser classificados em quaisquer das outras modalidades aqui identificadas. Optamos, então, por reuni-los em um grupo que denominamos “diversos”. Vale registrar que esse “desvio de função”, verificado nesses suportes da coleção, nos permite supor que a falta de folhas de carta padrão não chegou a representar um limite intransponível para missivistas que, valendo-se de alguma inventividade, ou simplesmente de suas possibilidades efetivas, não deixaram de participar, enviando às autoridades suas cartas.

### 3.3.5. Meios de escrita

As cartas da Coleção Memória da Constituinte apresentam três modalidades distintas de escrita, conforme indicado no Quadro 9.

**Quadro 9**

<b>Coleção Memória da Constituinte</b>		
<b>Modalidades de escrita das cartas</b>		
Manuscrita	747	14,2
Datilografada	2.198	41,9
Digitada	2.300	43,9
<b>Total</b>	<b>5.245</b>	<b>100%</b>

Fonte: Coleção Memória da Constituinte/MR.

O maior volume é o das cartas digitadas (2.300 cartas), o que confirma a avaliação de que a disponibilização de computadores à população foi uma medida bem-sucedida. O segundo maior volume é o das cartas datilografadas (2.198 cartas), o que talvez esteja relacionado, de um lado, com a tradição de se recorrer a certa formalidade

nos atos de comunicação com as autoridades políticas; de outro, ao fato de existirem muitas cartas enviadas por associações etc., que tinham máquinas de escrever a sua disposição. Já as cartas manuscritas, que certamente asseguram uma marca mais pessoal ao ato epistolar, representam o menor volume de cartas (747 cartas). Menor, mas expressivo, pois se trata de quase 15% do conjunto.

Assim, examinado por inteiro, o acervo abarca desde cartas manuscritas, passando por cartas elaboradas em máquinas de datilografia até cartas digitadas, também a partir de um teclado, mas tendo em vista inserir dados em um processador mecânico ou eletrônico – computadores e telégrafos –, e transmitir mensagens à distância. Um leque variado de opções, mostrando que a produção dessas cartas mobilizou pessoas com diferentes recursos e estilos, inserindo-se de modos diferenciados no mundo da escrita de cartas.

### **3.3.6. Amostra de cartas da análise**

Com base na identificação preliminar do volume, data, tipo de missivista e destinatário, suporte e meio de escrita das cartas da Coleção Memória da Constituinte, estabelecemos alguns parâmetros para o recorte do conjunto que será analisado em maior detalhe, delineando direções e contornos mais precisos para a pesquisa apresentada neste livro.

Do ponto de vista do recorte temporal, valerá, como perspectiva de estudo, todo o período de abrangência das cartas do acervo, compreendido entre os anos de 1985 e 1988. Utilizaremos também exemplos da totalidade do universo no que se refere aos seus locais de procedência e aos seus destinatários. Contudo, optamos por focalizar exclusivamente as cartas pessoais, isto é, escritas por indivíduos que tomaram a iniciativa de participar do processo constituinte, enviando suas cartas às autoridades. São cartas, portanto, que não contaram com a estrutura de apoio material e logístico que, de modo geral, os movimentos sociais, organizados coletivamente para a participação política, possuem.

Também selecionamos, neste recorte, as cartas escritas nos suportes que aqui chamamos de “papel de carta” e “diversos”, não enfrentando as cartas enviadas por meio de computadores ou a partir de formulários colocados por terceiros à disposição do público. Descartamos também, para efeito da análise, as cartas enviadas em papel timbrado, que explicitam ou deixam ver, no próprio suporte documental, algum tipo de

vínculo ou representação profissional do missivista. Por fim, não serão analisadas as mensagens enviadas por meio de telegrama e telex, por constituírem um tipo de correspondência que envolve suportes que, por um lado, não demandam que o próprio autor da carta efetue diretamente a escrita de seu texto, e, por outro, são limitadores, do ponto de vista do espaço disponível para a expressão de ideias, exigindo que o missivista organize sua mensagem com um número limitado de palavras. Nossa opção, portanto, é privilegiar a análise das cartas que, em princípio, foram escritas com base em iniciativas de ordem estritamente individual e que possuem o número de páginas que pareceu, aos missivistas, ser o mais conveniente para expressar seus interesses e ideias.

Optamos, por último, por concentrar nossa análise nas cartas manuscritas, acreditando que os sujeitos da escrita se dão mais a ver por intermédio de sua caligrafia. Tais cartas são muitas vezes desafiadoras para a compreensão, mas ao dispensar as tecnologias desenvolvidas para tornar a escrita mais rápida ou mais impessoal, podem permitir um trabalho mais rico do ponto de vista da observação dos “modos de expressão individual” do missivista. A carta manuscrita de Ana Maria Camargo, enviada de São Paulo, em 18 de junho de 1987, ilustra muito bem esse entendimento, do compromisso pessoal de participar do momento constituinte, quando diz: “Como sou brasileira, não posso deixar de mandar minhas ideias para a constituinte tão importante que está para chegar e escrevo esta de próprio punho para que seja bem verdadeira.”<sup>33</sup> A “verdade” pela mão da missivista – a verdade de sua caligrafia – é posta como uma certificação do valor e da autenticidade de sua intenção de colaborar pessoalmente na Constituinte. Escrevendo com a própria mão, o missivista deixa, em sua carta, vestígios fiéis de si mesmo, dando provas materiais e verossímeis de que tomou seriamente a iniciativa de participar da Constituinte.

Sem dúvida, a caligrafia é uma forma própria e singular de escrita, envolvendo múltiplos estilos, que se articulam aos contextos sócio-históricos em que são produzidos. Desse modo, a maneira como as pessoas escrevem designa um tipo de “cultura gráfica”. Não raro, diversidades nas formas pessoais de escrita refletem outra diversidade, tocante às condições concretas de vida dos indivíduos.

Sabemos que, infelizmente, a competência escriturária, nas sociedades humanas, não se constituiu de forma abrangente como um domínio de palavras, códigos e signos que todos possam compreender. Ao contrário, ela se estabeleceu a partir de um

---

<sup>33</sup> A carta não especifica o seu destinatário.

determinado padrão de instrução culta com limitados canais de acesso, sendo, na verdade, ainda inalcançável para um grande número de indivíduos no Brasil. Assim, a habilidade de escrever não é comum à maioria dos brasileiros. O não domínio da escrita ou seu pouco domínio é mais comum entre os indivíduos que não cursaram boas escolas e que, no dia a dia de sua vida e de seu meio profissional, não se utilizam desse meio de comunicação. O texto manuscrito, portanto, expõe não apenas o maior ou menor conhecimento linguístico de quem escreve, como evidencia aspectos de sua identidade social. O campo de possibilidades que se abre para cada indivíduo em relação à escrita manuscrita tem a ver com sua formação educacional, sua experiência de vida, seu ambiente cotidiano etc. A mão do missivista, quando escreve, “fala” sobre quem ele é.

A definição de uma escrita culta, desse modo, acaba por fixar uma forma de desigualdade social, fundada nas diferenciadas oportunidades de acesso ao aprendizado da escrita. Ela reforça o prestígio no interior das sociedades, ressaltando os indivíduos bem situados, que não encontraram restrições econômicas, políticas ou sociais maiores. Ao mesmo tempo, tal modelo de escrita desvaloriza e desprestigia o universo da experiência de muitas pessoas que não puderam ter maior acesso à instrução formal (CHARTIER, 1991b, e VILLALTA, 1997).

Ao se apropriar do lápis ou da caneta e produzir uma carta manuscrita, deixando ver que a sua caligrafia não é nem firme, nem fluente, e nem reproduz o modelo culto de excelência de escrever, o missivista informa que ele muito provavelmente é um cidadão de poucos recursos, sem treino na escrita. É importante, no entanto, não perder de vista que isso não o impede de, em seu fazer cotidiano, utilizar a escrita, por meio de formas manuscritas singulares, que fogem às chamadas normas cultas, permitindo-se maneiras de escrever que se ajustam às suas necessidades e circunstâncias (fazendo usos não “previstos” da escrita) (HÉBRARD, 2000).

Assim, os textos manuscritos permitem boa identificação do missivista “culto” e daquele com pouca instrução. O traçado das letras e a disposição na folha de papel mais facilmente nos permitem alcançar um tipo de missivista. A escolha das cartas manuscritas considerou, assim, uma possibilidade de aproximação com missivistas menos favorecidos. Ou seja, as cartas aqui analisadas mostram que menor habilidade no escrever, longe de constranger a participação daqueles missivistas sem bom domínio da escrita, colocou-se como um vetor dessa participação.

De modo geral, deve-se lembrar também que os indivíduos que se situam em posições mais favorecidas na escala social são aqueles que costumam deixar registros

escritos de suas práticas. Assim, a oportunidade de estudar as cartas manuscritas da Coleção Memória da Constituinte, e de acessar registros relacionados com as experiências de indivíduos socialmente menos favorecidos, mostra-se muito instigante, abrindo à pesquisa todo um repertório de expressões, sentidos e escolhas, que apontam e dão a conhecer quão múltiplas foram as manifestações e práticas envolvidas no processo constituinte brasileiro de 1987/1988. Para muito além das personalidades e homens públicos, que reconhecidamente participaram desse processo, também outras pessoas, de diferentes camadas sociais, o preencheram de sentidos. As cartas manuscritas da Coleção Memória da Constituinte nos permitem, assim, questionar quaisquer interpretações generalizantes, e simplificadoras, sobre a ausência de participação de setores populares em processos políticos complexos, como o da elaboração de uma Constituição. Atestando os diferentes graus de familiaridade dos missivistas com a escrita, as cartas materializam e introduzem outra perspectiva para se pensar a participação do “povo” – essa categoria abstrata – na Constituinte, mostrando que ela mobilizou uma pluralidade de interesses e indivíduos de todas as camadas sociais. Certamente, tal perspectiva amplia e enriquece as possibilidades de análise e conhecimento daquele momento histórico, como decisivo para a conformação de uma cultura política mais democrática no país.

Não estamos aqui, absolutamente, defendendo que o estudo das elites sociais não se justifica ou não enriquece a análise histórica. Ao contrário, reconhecemos a grande importância desses estudos. O nosso ponto, aqui salientado, é observar a maior dificuldade de se encontrar registros escritos de autoria de pessoas que se inserem em grupos socialmente menos favorecidos, talvez porque a maior parte dos registros escritos à disposição dos pesquisadores tenha sido produzida dentro de um padrão de “escrita culta”, que atesta a vivência de um determinado progresso na alfabetização e na prática da escritura, pouco representativo das sociabilidades desenvolvidas nesses grupos. Mas entendemos que o estudo dos registros escritos dos indivíduos socialmente desfavorecidos é igualmente importante e que eles podem ampliar a percepção histórica.

A partir do recorte apresentado, uma síntese das variáveis do objeto privilegiado de análise deste livro poderia ser descrita nos seguintes termos: colocaremos em foco um conjunto de 424 cartas, manuscritas, enviadas por 389 missivistas,<sup>34</sup> em suporte de

---

<sup>34</sup> Isto porque 34 missivistas escreveram, cada um, mais de uma carta, na seguinte proporção: 22 entre os missivistas escreveram, cada um, 2 cartas; 7 missivistas escreveram, cada um, 3 cartas; 3 missivistas

papel de carta e do papel que aqui denominamos “diversos”. Elas foram enviadas a autoridades políticas por brasileiros e brasileiras que, individualmente e com considerável autonomia e liberdade de expressão, abraçaram a prática da escrita epistolar como forma de participação política relevante naqueles anos de abertura democrática e reconstitucionalização do país.

---

escreveram, cada um, 4 cartas; 1 missivista escreveu 10 cartas; e 1 missivista escreveu 11 cartas (total: 98 cartas). Quer dizer, 34 pessoas escreveram mais de uma carta, enquanto os demais 355 missivistas escreveram, cada um, apenas uma carta.

## Referências

ABRAMO, Cláudio et al. *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_ et al. (Coord.). FURTADO, Alencar. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001a. v. 2, p. 2438-2439. [1. ed. 1984]

\_\_\_\_\_ et al. (Coord.). MONTEIRO, Euler Bentes. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001b. v. 4, p. 3840-3842. [1. ed. 1984]

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.155-202.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. *Catete: memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

ALMOND, G.A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, New Jersey: Princetom University Press, 1963.

AMARAL, Gloria Carneiro do. Sévigné em ação: sévignações. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battela (Org.), *Prezado senhor, prezada senhora – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 19-34.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. *Topoi. Revista de História*, PPGHS/UFRJ, n. 5, p. 333-353, set. 2002.



\_\_\_\_\_. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. v. 3, p. 321-353.

\_\_\_\_\_. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007b.

\_\_\_\_\_. *O lugar do sentimento na história oral*. In: SEMINÁRIO Internacional História e Indivíduo, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2009. [mimeo.]

\_\_\_\_\_. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 15, n. 2, p. 11-31, jul./dez. 2012.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n. 79, p. 95-111, dez. 2007.

ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Editora Ática, 1988. [1. ed. 1965]

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARINOS FILHO, Afonso. *Cartas de meus pais*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. [1. ed. 1985]

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro de. *Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. (Coleções especiais. Obras comemorativas, n. 3)

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BARROSO, Luís Roberto. Vinte anos da Constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. In: *Cadernos Adenauer*. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, v. 1, p.21-38, 2008.

BENAKOUCHE, Tamara. Redes técnicas/redes sociais: a pré-história da Internet no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n.35, p. 124-133, set./nov. 1997.

BERSTEIN, Serge. L'historien et la cultura politique. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, Paris, n. 35, p. 67-77, jul./set. 1992.

\_\_\_\_\_. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. [1. ed. 1984]

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004. [1. ed. 1994]

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger ; DARNTON, Robert. Dialogue a propos de l'histoire culturelle. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, Seuil, n. 59, p. 86-93, set. 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; RJ: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 183-191. [1. ed. 1996]

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et la Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*. 2. ed. Paris: Armand Colins, 1966. [1. ed. 1949]

BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1989.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. Cartas adolescentes. Uma leitura e modos de ser... In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 203-228.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997a.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 536-567.

CARTROGA, Fernando. Pátria e nação. In: *Coletânea de Textos da VII Jornada Setecentista*. Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses. Departamento de História da Universidade do Paraná, p. 13-30, 2007. Disponível em:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf> . Acesso em: maio 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-359, 1996.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade, cidadania e o Rio de Janeiro. In: MACIEL, Ira; SANTOS, Núbia Melhem; VERSIANI, Maria Helena (Org.). *Cidadania em debate*. Rio de Janeiro: Jauá/Museu da República, 2009. p. 224-229.

CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, E. M. de Melo e. Odeio cartas. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battela (Org.), *Prezado senhor, prezada senhora – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 11-17.

CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: \_\_\_\_\_. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001. p. 93-135.

CENTRO de Estudos Sindicais. *Os trabalhadores e a Constituinte*. São Paulo: Liarte, s/d.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. [1. ed. 1990]

CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_ (Dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIX siècle*. Paris: Fayard, 1991a.

\_\_\_\_\_. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991b. v. 3, p. 113-162.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, p. 1-9, jan./abr. 1991c.

CHARTIER, Roger; HÉBRARD, Jean. Entre public et privé: la correspondance, une écriture ordinaire. In : CHARTIER, Roger (Dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIX siècle*. Paris: Fayard, 1991. p. 451-457.

CIAMBARELLA, Alessandra. “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”: a campanha pela anistia no Brasil (1977-1979). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *As repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Coleção História. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011. p. 243-261.

COLEÇÃO Memória da Constituinte. Acervo Museu da República.

COMISSÃO de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. *Emendas Populares*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, ago. 1987. v. 1 e 2.

COMISSÃO Nacional de Pastoral Operária. *Cartilha da Constituinte*. Rio de Janeiro: Instituto de Ação Cultural, s/d.

COMPARATO, Fábio Conder. *Muda Brasil! Uma Constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONDORCET, Marquis de. *Essay on the application of analysis to the probability of majority decisions*. [1785]. Trechos selecionados em DAHL, Robert A.; SHAPIRO, Ian; CHEIBUB, José Antônio. *The democracy sourcebook*. Cambridge: MIT Press, 2003. Disponível em: <http://ppkn.fkip.uns.ac.id/wp-content/uploads/2011/02/Robert-A.-Dahl.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *Por uma nova ordem constitucional*. Declaração Pastoral. 24ª Assembleia Geral. São Paulo: Edições Loyola, 9/18 abr. 1986.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

CONSTITUIÇÃO 20 anos: Estado, democracia e participação popular. *Caderno de textos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. (Série ação parlamentar, n. 393)

CONY, Carlos Heitor. Anistia. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.1, p. 22-23, mar. 1965.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2012.

COSTA, Hélio da. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p. 595-635.

COTRIM, Gilberto Vieira. *Acorda Brasil: O que você deve saber sobre a Constituição*. São Paulo: Saraiva, 1989.

COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. GEISEL, Ernesto. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 3, p. 2510-2522. [1. ed. 1984]

CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha modos! A correspondência em manuais de civilidade e etiqueta (anos 1920-1960). In: RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra (Org.). *Imagens na História*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 398-414.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 251-280.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Constituição para o Brasil novo. In: SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 110-127.

\_\_\_\_\_. A participação popular e suas conquistas. In: MICHILES, Carlos et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 378-388.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001b. p. 9-18.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3, p. 409-427.

DIAS, Cláudia Cristina de Mesquita Garcia. A trajetória de um “museu de fronteira”: a criação do Museu da Imagem e do Som e aspectos da identidade carioca (1960-1965). In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 202-216.

DIAZ, Brigitte. Pour une brève histoire de la lettre. In : \_\_\_\_\_. *L'épistolaire ou la pensée nômade*. Paris: PUF, 2002. p. 5-65.

DINIZ, Eli. Transição, partidos e regimes políticos: algumas considerações. In: CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1989. p. 84-114.

DINIZ, Eli. (Org.). *O desafio da democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. [1. ed. 1980]

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTEVES, Eulícia. *O Brasil diz sim as armas de fogo*. Uma análise sobre o referendo do desarmamento. Dissertação (Mestrado em História). Fundação Getúlio Vargas.



Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

FABRE, Daniel (Org.). *Écritures ordinaires*. Paris: P.O.L./Centre Georges-Pompidou, 1993.

\_\_\_\_\_ (Dir.). *Par écrit*. Ethnologie des écritures quotidiennes. Mission du Patrimoine ethnologique, Collection Ethnologique de la France, Cahier 11. Paris: Maison des Sciences de L'Homme. 1997.

FARHAT, Said. *Perfil da Constituinte*. Brasília: Semprel, 1987.

FEDERAÇÃO Nacional dos Engenheiros. *Cartilha da Constituinte*. Brasília, 1985.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. Vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERRAROTTI, Franco. *Histoire et histoires de vie: la méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge. Cartas a um exilado: Jango e sua correspondência. In: GOMES, Ângela de Castro. *Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 277-295.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

\_\_\_\_\_ (Coord.). *Crônica política do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. *Topoi. Revista de História*. PPGHS/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 5, p. 314-332, set. 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. [1. ed. 1996]

FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002. p. 451-495.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi. Revista de História*. PPGHS/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 5, p. 251-286, set. 2002.

\_\_\_\_\_. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. *Política de coerção no sistema político brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Universidade Cândido Mendes, 1978.

FLEISCHER, David. Perfil socioeconômico e político da Constituinte. In: GURAN, Milton (Coord. editorial). *O processo constituinte 1987-1988*. Brasília: Agil, 1988. p. 29-40.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.

FURET, François. O historiador e a História: um relato de François Furet (entrevista realizada por Aspásia Camargo). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 143-161, 1988.

GABEIRA, Fernando. Constituição, primeiros passos. In: SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 192-197.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battela (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARCIA, Marília. *O que é Constituinte*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. [ 1. ed. 1987]

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*. Sociedade e política (1930-1964). Coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981. v. 3, p. 13-94.

\_\_\_\_\_. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. v. 4, p. 489-558.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos Arquivos Privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998b.

\_\_\_\_\_. Assembleia Nacional Constituinte de 1934. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 1, p. 374-379. [1. ed. 1984]

\_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_ (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b. p. 7-26.

\_\_\_\_\_. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004c. p. 51-75.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. [1. ed. 1988, Vértice/IUPERJ]

\_\_\_\_\_ (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

\_\_\_\_\_ (Coord.). *Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007b.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007c. p. 7-13.

\_\_\_\_\_. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007d. p. 43-63.

\_\_\_\_\_. Memória e história nos escritos autobiográficos de San Tiago Dantas. In: RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra (Org.). *Imagens na História*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 181-196.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002.

GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GOMES, Severo. Situação Constituinte. In: SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 81-84.

GUIDO, Cristina. FURTADO, Celso. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 2, p. 2439-2445. [1. ed. 1984]

GURAN, Milton (Coord. editorial). *O processo constituinte 1987-1988*. Brasília: Agil, 1988.

GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

GUTHRIE, William Keith Chambers. *The Sophists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

HABWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro 2006. [1. ed. 1950]

HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

HERZOG, Clarice. *Caso Herzog: A SENTENÇA, ÍNTEGRA DO PROCESSO MOVIDO POR Clarice, Ivo e André Herzog contra a União*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

\_\_\_\_\_. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora/FAPERJ, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. *On history*. London: Abacus, 1998.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: \_\_\_\_\_. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-29.

HUYSSSEN, Andréas. Resistência e memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005. p. 5-20.

INSTITUTO de Estudos Socioeconômicos. *Seu direito está em jogo! Como transformar a lei em ações concretas a seu favor*. Rio de Janeiro: Centro de Criação de Imagem Popular, s/d.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veiteuno Editores, 2001.

KORNIS, Mônica. Liga Eleitoral Católica (LEC). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 3, p. 3.118-3.120. [1. ed. 1984]

KORNIS, Mônica; SOUSA, Luís Otávio de. PINTO, Magalhães. In: ABREU Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 4. p. 4.667-4.677. [1. ed. 1984]

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

KRAKOVITCH, Odile. Les archives t'l'après Les Lieux de Mémoire: passage obligé de l'histoire à la mémoire. *La Gazette des Archives*. Paris, n. 164, p. 5-23, jan./mar. 1994.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LACERDA, Lilian Maria de. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 81-107.

LANDOWSKI, Eric. La parole efficace, pour une approche sémiotique du discours politique. Trabalho apresentado no *XII Congress of the International Political Science Association*, Rio de Janeiro, 1982.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [1. ed. 1988]

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1998.

LEMOS, Renato. ARINOS, Afonso. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 1, p. 336-344. [1. ed. 1984]

\_\_\_\_\_. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi. Revista de História*, PPGHS/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, set. 2002.



LESSA, Renato. A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 11-58.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 167-182. [1. ed. 1996].

LOPES, Júlio Aurélio Vianna Lopes. *A Carta da democracia – o processo constituinte da ordem pública de 1988*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, n. 15, p. 1-140, 2º sem. 2003.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 13-37.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os artigos federalistas: 1787/1788*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. [1. ed. 1948].

MALATIAN, Teresa. *Narrador, registro e arquivo*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-222.

MARCELINO, Douglas Attila. *A morte de Tancredo Neves e a construção de uma identidade nacional*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Possibilidades e limites da Assembleia Constituinte. In: SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 17-43.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado e a elite imperial, 1842-1889*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. O museu e o problema do conhecimento. In: *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MICHILES, Carlos et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battela (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 41-54.

MONCLAIRE, Stephane (Coord.). *A Constituição desejada*. Brasília: Senado Federal, 1991.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diretas-Já. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 2, p. 1879-1882. [1. ed. 1984]

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. As esquerdas no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p. 283-302.

NIES, Fritz. Un genre féminin? *Revue d'histoire littéraire de la France* - La lettre au XVIIIe siècle. Paris, 78e année, n.6, p. 883-1021, nov.-déc. 1978.

NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de La mémoire*. La République. Paris: Gallimard, 1984.

O'DONNEL, Guillermo et al. *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, São Paulo, n. 25, 1994.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 171-177.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: CHED, 1980.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario. *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b. v. 4, p. 7-12.

PEYRE, Henri. *Essais de méthode, de critique et d'histoire littéraire*. Paris: Hachette, 1965.

PHILIPON-DE-LA-MADELEINE, Louis. *Manuel épistolaire à l'usage de la jeunesse ou Instructions générales et particulières sur les divers genres de Correspondance*. 9e ed. Paris: Ferra Jeune, 1823.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PITKIN, Hanna F. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiara (Tosacana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 103-130. [1. ed.1996]

POSSAS, Lidia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38). In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 257-278, 2004.

PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic tradition in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Plínio de Abreu; COSTA, Marcelo. FIGUEIREDO, João Batista. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 2, p. 2192-2203. [1. ed. 1984]

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2010.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

REIS, Elisa Pereira. Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 161-179, 1990.

RÉMOND, René. *Uma História presente*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b. p. 13-36. [1. ed. 1996]

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Política urbana brasileira: avanços e desafios. In: MACIEL, Ira; SANTOS, Núbia Melhem; VERSIANI, Maria Helena (Org.). *Cidadania em debate*. Rio de Janeiro: Jauá/Museu da República, 2009. p. 238-245.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. [Seuil, 2000]

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

ROUSSET, Jean. *Le Lecteur intime, de Balzac au journal*. Paris: José Corti, 1986.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 93-101.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALEM, Tania. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M.L. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. v. 1, p. 49-99.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (Coord.). *Que Brasil é este?* Manual de indicadores políticos e sociais. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1990.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4, p. 243-282.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006. [1. ed. 1976]

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 210-251.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. [1. ed. 1963]

TRIGUEIRO, Osvaldo. Assembleia Nacional Constituinte de 1946. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. v. 1, p. 379-382. [1. ed. 1984]

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. *O estilo político da bica d'água: o chaguismo na Guanabara, 1969-1974*. Rio de Janeiro: CPDOC, Texto n. 37, 2000.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, p. 1-14, 2006.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. Mediação e metamorfose. *MANA Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 97-107, abr.1996.

VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

VIEIRA FILHO, Emmanuel Gonçalves. Projeto Educação Popular Constituinte. In: MICHILES, Carlos et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 9-10.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 331-385.

ZIRALDO. *1964-1984: 20 anos de prontidão*. Rio de Janeiro: Record, 1984.